

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH



Dissertação

**O jornal *Correio do Povo*, ação política e intelectual – uma
análise do ano de 1964**

Camila de Almeida Silva

Pelotas, 2016

CAMILA DE ALMEIDA SILVA

**O JORNAL CORREIO DO POVO, AÇÃO POLÍTICA E INTELECTUAL – UMA
ANÁLISE DO ANO DE 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer

Pelotas, 2016

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Carla Luciana Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof.^a Dr.^a Clarice Gontarski Speranza
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus, pela vida e pela força. E também a todos, que por questões de espaço não poderei nomear aqui, mas que contribuíram para minha formação enquanto sujeito histórico.

À minha mãe Marta, pelos inestimáveis sacrifícios que fez para me criar com valores que me orgulho. Que ao longo dessa caminhada se fez mãe, pai e amiga. Uma pessoa que me orgulho, não apenas pela maternidade, mas pela integridade, força, caráter e pela “estranha mania de ter fé da vida”. Talvez não seja de conhecimento de muitos, nem mesmo dela, mas, a sua formação e atuação como Assistente Social, me garantiu um olhar mais humano e menos individualista, valores que infelizmente encontram-se em escassez.

Gostaria também de agradecer meus irmãos, Marina e Felipe, que sempre souberam amar, abraçar e cuidar. Que muito me ensinaram sobre a vida. Tenho muito orgulho, pois seremos a mudança que desejamos ver no mundo.

Aos meus avós Nair e Jaques, que me fazem sentir a pessoa mais amada. Por serem tão acolhedores e estenderem os sentimentos para os netos, criando-os com filhos.

Ao Felipe, meu grande companheiro, amigo e amor. Companheiro para a vida em que lutamos e compartilhamos os sonhos de mudanças. Pessoa que faz a caminhada mais alegre. Agradeço também pelo grande suporte para a realização dessa pesquisa.

Agradeço a minha orientadora Caroline, pela imensa dedicação em orientar essa pesquisa, mesmo quando a distância foi um obstáculo. E, obrigada por estender o vínculo entre professor-aluno, estabelecendo sinceros laços de carinho e amizade.

Obrigada aos amigos Marília, Cleverton, Douglas, Milena e Silviane (*in memoriam*), pelo grande companheirismo. Por fazerem parte da minha vida e por compartilharem os melhores momentos.

Ao Juarez que de professor tornou-se um amigo. Que com seu olhar apurado para a crítica, foi essencial para a minha formação.

Aos amigos Alice, Michel, Dani, Giliard, que o pré-universitário Fênix, em Rio Grande, uniu para a vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, aos colegas e aos professores, pois sem eles essa caminhada não teria sido possível.

É hoje, dia de aniversário da fundação do “Correio do Povo”. Há sessenta e nove anos, no dia 1º de outubro de 1895, Caldas Júnior editava o primeiro número desse jornal. Atirava-se o jovem jornalista ao risco de um empreendimento que muitos contemporâneos encaravam com ceticismo: o de lançar, bem delineado e com firmeza de orientação, um novo tipo de jornalismo na Província, que ainda nem de todo bem se acostumará à sua nova condição de “Estado”, dentro da organização federativa do republicana em que, seis anos antes, se transformara o Estado unitário imperial: um padrão de imprensa predominantemente informativa, o do jornal que busca informar o leitor tudo que passa ao seu redor. Na sua cidade, na sua província, no seu país e no mundo. E de fazer com independência, imparcialidade e veracidade, sem ligações ou subordinações relativamente a grupos, facções, seitas ou parcialidade de qualquer natureza.

O que Caldas Júnior idealizou e fez, e seus sucessores continuaram fazendo até hoje, foi um padrão de imprensa destinado a refletir, em suas páginas, o dia-a-dia da História. E para fazê-lo, que se torna mister, essencialmente? O que tem se tentado realiza nesse jornal e em todos os órgãos da Cia. Jornalística Caldas Júnior: desenvolver e aprimorar ao máximo, e sob todos os aspectos, a técnica jornalística, pondo-a sempre em dia com todos os avanços nos maiores centros, mas, antes e acima de tudo, permanecendo dentro das severas e inflexíveis normas éticas que caracterizam a imprensa honesta e independente e que, só elas, dão ao leitor a segurança da veracidade da notícia e da procedência do comentário.

(Correio do Povo, 1º de outubro de 1964)

RESUMO

SILVA, Camila de Almeida. O jornal *Correio do Povo*, ação política e intelectual – uma análise do ano de 1964. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Esta dissertação tem como objetivo analisar os editoriais e colaborações do jornal *Correio do Povo*, no ano de 1964, quando estabeleceu acirrada campanha de desestabilização do governo João Goulart. Bem como a partir do estabelecimento da ditadura civil-militar, buscando perceber de que forma o jornal contribuiu para a aceitação do projeto político, econômico e social proposto pelos militares e pelas entidades civis que a idealizaram. Analisamos o *Correio do Povo*, a partir da premissa de que o jornais e revistas são meios de organizar e difundir cultura, mas também, como um partido político, que pretendendo ser hegemônico, precisa criticar as ideologias anteriores e criar uma nova ideologia que represente os interesses de classe que defendem. A partir de Gramsci, compreendemos que as ideologias são responsáveis por organizar as massas e construir o terreno sobre o qual a sociedade se movimenta, adquirem consciência e luta.

Palavras-chave: *Correio do Povo*; ditadura civil-militar; João Goulart.

ABSTRACT

SILVA, Camila de Almeida. O jornal *Correio do Povo*, ação política e intelectual – uma análise do ano de 1964. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This thesis aims to analyze the editorials and collaborations at *Correio do Povo* journal, in 1964, when established fierce campaign to destabilize Goulart governments. And also from the establishment of the civil-military dictatorship, intending to understand the best way of journal's contribution for the political project, economics and social acceptance proposed by the military and civil organizations that idealize it. We analyzed the journal's *Correio do Povo*, from premises, that journals and magazines are ways to organize and diffuse culture. But also, as a political entourage, intends to be hegemonic, and for that needs to criticize previous ideologies and create a new ideology that represents the interests of the class who defends. From Gramsci, we understand that ideologies are responsible to organize the masses and to build the ground under which the society moves, get conscious and fight

Keywords: *Correio do Povo*; civil-military dictatorship, João Goulart.

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº1
AP	Ação Popular
ATD	Análise Textual Discursiva
CAMDE	Campanha da Mulher de Democracia
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitschek
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
PNB	Produto Nacional Bruto
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QI	Coeficiente de Inteligência
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPRA	Superintendência para a Reforma Agrária
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORREIO DO POVO E A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	21
1.1 O Jornal <i>Correio do Povo</i>	21
1.2 A atuação do jornal <i>Correio do Povo</i> enquanto partido.....	26
1.3 A situação pré-golpe civil-militar.....	30
1.4 O golpe civil-militar	33
2 O CORREIO DO POVO E A DESLEGITIMAÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART	36
2.1. Assentando o terreno: crítica à administração de João Goulart	36
2.2 O “comunoperonocastrismo” como inimigo	46
2.3 A construção da mobilização: O processo de legitimação	53
3 APONTAMENTOS PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS	62
3.1 As Forças Armadas: “Destino Manifesto”	62
3.2 Reconstrução nacional pós golpe: uma nova ordem.....	71
3.3 Castelo Branco e seu governo	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
PERIÓDICOS/FONTES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

INTRODUÇÃO

Quando a proposta de dissertação começou a ser pensada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, inserida em grupos de pesquisa voltados a compreender os processos históricos que marcaram o século XX, mais especificamente, a ditadura civil-militar, abriu-se um leque de interessantes possibilidades de análise, como compreender o governo João Goulart. Essa curiosidade inicial despertou novas perguntas que, paulatinamente, se encaminharam para o projeto de mestrado submetido ao programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

De certo modo, era um projeto que ainda estava em maturação. Havia uma necessidade latente que não constava na proposta inicial: entender como o presidente João Goulart, que contava com amplo apoio de setores da sociedade foi deposto e mais, entender como a ditadura que se instalou conseguiu estabelecer bases fortes para a sua manutenção. Evidentemente, as respostas a estas perguntas são encontradas em diversas pesquisas historiográficas, mas buscou-se compreender o fenômeno de modo diverso: a partir da relação com a mídia, neste caso específico com o jornal *Correio do Povo*.

A ditadura civil-militar brasileira, instituída a partir de um golpe de estado que teve sua sustentação ideológica na Doutrina de Segurança Nacional¹, “inaugurou a sucessão de regimes que se estabeleceram no Cone Sul da América Latina [*sic*]”². Nesse sentido, é correto considerar que estratégias de terrorismo enquanto sistema repressivo davam conta de disseminar uma “cultura do medo”³, que a partir do

¹A Doutrina de Segurança Nacional é o paradigma que sustentou a ditadura civil-militar. Com ela é possível entender diversos conceitos empregados, como inimigo interno/externo, fronteira ideológica, subversão, no qual a chave para o seu funcionamento (pelo aparato estatal) consiste em sua imprecisão. Sua eficiência está exatamente em um conceito bastante flexível em prol da luta contra o comunismo.

² BAUER, Caroline Silveira. ***Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)***. 283 f. Dissertações em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. p. 15.

³ *Ibidem*. p.29.

“exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como sequestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo”⁴.

Diversas pesquisas convergem em explicar tais estratégias de terrorismo, porém, interessava-me uma compreensão para além das formas institucionalizadas de disseminação desta “cultura do medo”. Partindo da inferência de Gramsci⁵ de que não se mantém coesa uma sociedade apenas pela coerção, é necessário também o consentimento, ou seja, que parte da sociedade esteja em concordância com a ideologia, instituições, etc. Nesse sentido, a atuação do jornalismo é importante, pois neste espaço juntamente com informações se misturam as formas de ver o mundo dos proprietários, sem que a sociedade política exerça interferência direta. Com isso, torna-se instigante compreender como se mantém coesa uma sociedade com interesses antagônicos, tendo em vista a premissa de que a ideologia é o que mantém o todo e ela não está apenas nas formas institucionalizadas de governo, e sim na sociedade civil⁶ como um todo.

Quando na década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros e o estabelecimento de uma crise diante de um golpe branco⁷, formou-se uma frente conservadora com o objetivo de desestabilizar e descaracterizar o governo de João Goulart. Encontra-se um aprofundamento destas questões na obra de Dreifuss, *1964: A conquista do Estado ação política, poder e golpe de classes* que demonstra, fundamentalmente, que a conspiração frente ao governo de Jango foi estabelecida em grande parte pela sociedade civil.

Ressalvas foram realizadas à ênfase dada por Dreifuss ao papel desempenhado pelos grupos que representavam interesses de classe neste processo, porém cabe salientar que a principal percepção do autor é a de que

havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidaria durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua falta de liderança política. Tal

⁴ *Ibidem*. p. 16.

⁵ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 2. Os intelectuais. O educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁶ GRAMSCI, Antonio. Na obra *Cadernos do Cárcere*, estabelece dois “planos” superestruturais, a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil são os organismos vulgarmente considerados privados, que realizam uma a função de estabelecimento de consenso espontâneo. Enquanto a sociedade política se encarregaria legalmente daqueles sujeitos que não consentem espontaneamente, necessitando, portanto, de medidas disciplinares.

⁷ O termo faz referência à solução parlamentarista adotada logo após que a tentativa de golpe no ano de 1961 foi fracassada diante da Campanha da Legalidade.

assimetria forçou o bloco de poder multinacional e associado a procurar soluções extraconstitucionais [sic].⁸

Ou seja, o capital multinacional, mesmo atingindo uma supremacia nos anos 1950 e 1960 não conseguiu inserir-se no poder através dos mecanismos “populistas”, tornando necessário recorrer a meios extra-constitucionais, visando à “conquista do Estado”, isto é, buscar o exercício direto do poder nos altos cargos estatais, e não a influência indireta⁹. Esse é o caso de membros civis integrantes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que exerceram diversos cargos no governo de Castelo Branco.

Dreifuss, também firma bases quando demonstra as relações existentes entre empresários de vários ramos da indústria, da comunicação e do comércio com diferentes áreas de atividade política, que centradas no complexo IPES/IBAD¹⁰ estavam “engajados em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais modelando esses interesses para uma classe ‘para si’”¹¹. Evidencia a existência de uma campanha cujo interesse era estabelecer consenso tanto intra, como extraclasse.

Nesse mesmo caminho, segue a pesquisa de Thiago Moraes que, a partir da revista *Democracia e Empresa*, publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul, ressalta que estratégias políticas foram utilizadas a fim de construir ideologicamente a defesa da democracia contra o comunismo no empresariado, principalmente a partir da argumentação da necessidade de modernização das práticas empresariais, a fim de “contemplar as demandas sociais”¹² e, consecutivamente, afastar os avanços comunistas.

Esta pesquisa conflui nesse sentido, pois a proposta se estabelece com o objetivo de perceber o programa extraclasse do jornal *Correio do Povo*, como “organizador de uma nova cultura [...] tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”¹³, articulada sob a

⁸ DREIFUSS, René. 1964: *A conquista do Estado*. Ação Política. Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 105

⁹ MORAES, Thiago Aguiar de. ***Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)***. 229 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012. p. 32.

¹⁰ Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

¹¹ DREIFUSS, René. **Op. Cit.** p. 281.

¹² MORAES, Thiago Aguiar de. **Op Cit.** p. 18.

¹³ GRASMCI, Antonio. **Op. Cit.** p.15.

perspectiva de jornalismo integral, que pretende além de suprir as necessidades do leitor, mas também criar novas demandas. Espera-se também romper com a visão de uma imprensa liberal ainda existente na sociedade, que a torna livre para julgar e opinar sobre os fatos, pois estaria à mercê dos interesses de classe existentes.

A ideia de jornalismo integral, também está presente na obra “Los imaginarios sociales” de Baczko, de modo que nos meios de comunicação, se misturam imaginação e informação numa junção que torna difícil em determinados momentos separar um do outro.

Dos meios de comunicação de massa que se fabricam as necessidades que abrem inéditas possibilidades para a propaganda, e que se ocupam eles mesmos de satisfazê-las. Em efeito, o que os meios de comunicação fabricam e emitem, está mais além das informações centradas na atualidade, posta como espetáculo, são os imaginários sociais as representações globais da vida social, de seus agentes, instâncias e autoridade, os mitos políticos, os modelos formadores de mentalidade e de comportamentos, as imagens dos líderes, etc.¹⁴

Nesse sentido, busca-se responder a seguinte questão: Como o jornal *Correio do Povo* projeta as suas aspirações e suas compreensões sobre os eventos do ano de 1964? Para isso, interpreta-se o periódico como um partido no sentido gramsciano, a fim de perceber os interesses de classes defendidos pelo periódico, além de compreender a função da imprensa enquanto construtora de hegemonia e analisar como o jornal constrói o seu discurso, quais mecanismos utiliza para conquistar a opinião pública. O problema apresenta-se na compreensão de como ocorre organicamente a relação entre o jornal *Correio do Povo* e os interesses de classe lá presentes?

É importante ressaltar que essa ação partidária efetuada pelo jornal, destacada nesta pesquisa, foi de grande maneira ocultada, principalmente pelas origens do *Correio do Povo*, que sempre se posicionou como um jornal livre de influências externas e que não se sujeitaria a posições subalternas, ainda sendo um dos principais meios de comunicação. Exercendo sua função na sociedade, os jornais articulam a compreensão social da realidade, e sua legitimidade está no reconhecimento de sua capacidade em produzir significados¹⁵.

¹⁴ BACZKO, Bronislau. **Los imaginarios sociales**. 2ª ed. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1999. p. 32.

¹⁵ SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 245 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007. p. 27.

A pesquisa utiliza 55 textos entre editoriais e artigos assinados, localizados tradicionalmente na página quatro no *Correio do Povo*, no espaço determinado “editoriais e colaborações”. A partir do primeiro, percebe-se mais nitidamente as “inclinações político-ideológicas de um jornal”, nesse espaço “o discurso de classe tende a ser mais evidenciado, sendo seu texto a materialização mais próxima daquilo que pode ser entendido como a opinião dos responsáveis pelas empresas jornalísticas”¹⁶.

De acordo com Oliveira, não se constitui novidade o fato de que os editoriais são “a voz opinativa do jornal”, o local onde a “identidade ideológica” está presente.¹⁷ Segundo a autora, trata-se de um “discurso argumentativo, no qual a que se procura é menos a lógica dos conceitos emitidos do que convencer o leitor sobre a veracidade dos argumentos confirmadores da credibilidade da fonte emissora”¹⁸.

Em relação aos artigos, de modo geral, o *Correio do Povo* não se responsabilizava pelo seu conteúdo. No entanto, as opiniões presentes naquele espaço não destoavam significativamente do posicionamento do restante do jornal. Sobre essa circunstância, Walter Galvani escreve em seu livro uma situação que traduz essa ideia. Em 1932, Breno Caldas, como “secretário de redação, vetou um texto sobre a Revolução Constitucionalista, de autoria do então diretor André Carrazoni, por considera-lo demasiado pendente para o lado paulista”¹⁹. Um posicionamento que condiz com a neutralidade assumida pelo jornal, mas também com o apoio político oferecido a Getúlio Vargas.

A utilização de Gramsci, como ferramenta interpretativa, ajuda a perceber que, para trilhar a história do jornal enquanto um partido é preciso observar a sua eficiência real, ou seja, “aquilo que foi capaz de construir ou aquilo que não foi capaz destruir”²⁰. O diferencial é afastar-se do aparente para buscar entender a organização, perceber quem estava envolvido, que programa é levado a cabo. Dreifuss, em sua pesquisa sobre o IPES/IBAD, pôde seguir esse caminho e perceber a influência e a “doutrinação

¹⁶ FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelhos: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. p. 36.

¹⁷ OLIVEIRA Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993. p. 47.

¹⁸ **Idem**.

¹⁹ GALVANI, Walter. **Apud** FRAGA, Gerson Wasen. **Ibidem**. p. 29.

²⁰ SANTOS. Igor Gomes. A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. *5º Colóquio Internacional Marx e Engels*. Novembro, 2007. p. 29 Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao2/Igor_Santos.pdf Acesso em: 28/10/2015.

geral realizada através da mídia pela ação encoberta e ostensiva. Constituíam-se basicamente numa medida neutralizadora, visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista²¹ e sendo assim:

O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública. Através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: os Diários Associados, a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo (...) e também a prestigiosa Rádio Eldorado de São Paulo. Entre os demais participantes da campanha incluíam-se (...) a TV Record e a TV Paulista (...), o Correio do Povo (RS), O Globo, das Organizações Globo (...) que também detinha o controle da influente Rádio Globo de alcance nacional. (...) Outros jornais do país se puseram a serviço do IPES. (...) A Tribuna da Imprensa (Rio), as Notícias Populares (SP).²²

Salienta-se também a função social da imprensa, que a partir dos anos 1950 com a entrada de capital multinacional e internacional começa a apresentar características fundamentais que influenciaram o fazer do jornalismo. A passagem do jornalismo político partidário para o jornalismo informativo fez com que a imprensa começasse a ser percebida como um espaço neutro e liberal, afastado do jornalismo opinativo e da sociedade política.

Como bem lembra Carla Silva²³, é tarefa do historiador problematizar a imprensa enquanto um sujeito político, que apresenta um projeto bem definido e que sabe como exercê-lo. Cabe também aos profissionais da comunicação compreender os meandros do jornalismo a fim de estabelecer meios para realização da crítica.

Nesse sentido, lembrando que a imprensa a cada dia tem se tornado objeto de estudo nas pesquisas históricas torna-se essencial salientar as diferenças existentes nas práticas dos jornalistas e dos historiadores. Segundo Jobim, “o jornalista move-se na realidade ‘de hoje’”, diferentemente do historiador, que afastado da atmosfera em que as reportagens foram escritas pode apenas “captar o eco das intensas vibrações sociais que por ventura tenha provocado”²⁴.

O jornalista lida com a produção de um artigo em um curto espaço de tempo, sua criação ocorre juntamente com o evento. No entanto, não significa negar que o

²¹ DREIFUSS, René. **Op. Cit.** p. 231.

²² **Ibidem**, p.233.

²³ SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido Neoliberal**. 658 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

²⁴ JOBIM, Danton. Apud, KARAWAJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – Breves considerações. **Historiae**, Rio Grande. 1(3): 131-147, 2010. p. 137.

jornalismo possua um “princípio educativo”, envolvido na expansão e na manutenção da própria classe. Segundo Gramsci,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma cultura.²⁵

Para Gramsci todos os homens e mulheres são intelectuais pois “lutam” com diligência pela maior e melhor assimilação e conquista ideológica, e sua eficiência está em detrimento de sua capacidade de gerar novos intelectuais orgânicos. No entanto, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata..., mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo tecido social”, bem como pela ideologia e pelas instituições, que precisamente fazem dos intelectuais seus funcionários.

Outra categoria de análise que também auxilia a compreensão da ação da imprensa na sociedade é a noção de imaginário social proposto por Baczkó, que se entende, pela forma como “uma coletividade designa sua identidade elaborando representações de si mesmo, [que] expressa e impõem crenças comuns, fixando modelos formadores como o do “chefe”, do “bom súdito”, do “guerreiro valente”, etc.”²⁶.

Sob essa perspectiva, os meios de comunicação são particularmente responsáveis pela veiculação dessas crenças, se fazendo “imprescindível a imaginação social para tomar posse do futuro, para enfrentar problemas e conflitos inéditos, para nos adaptarmos ao “choque do futuro””²⁷.

A partir do domínio do campo da imaginação social é necessário estabelecer representações que ofereçam o suporte ao exercício de poder e que assegurem a eficiência dos dispositivos de controle da vida coletiva. Esse controle se dá de acordo com a necessidade, maior ou menor de intensificar a produção de representações. De modo que, nos períodos de crise é o momento em que mais se intensifica a produção de imaginários sociais que buscam competir com os existentes anteriormente²⁸.

Diversas são as investigações que utilizam como fonte de pesquisa os jornais. Esta pesquisa mostra as que utilizaram o *Correio de Povo*, tornando possível perceber

²⁵ GRAMSCI, Antonio. **Op. Cit.** p. 15.

²⁶ BACZKO, Bronislau. **Op. Cit.** p. 28.

²⁷ BACZKO, Bronislau. **Op. Cit.** p. 11.

²⁸ Ver. BACZKO, Bronislau. **Op. Cit.**

as amplas possibilidades de investigação, que a partir de diversas perspectivas teórico-metodológicos contribuem para o conhecimento histórico.

Nesse sentido, a dissertação intitulada *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*²⁹ visa contribuir na identificação e avaliação dos mecanismos que foram utilizados para combater o “inimigo vermelho”. A pesquisa busca identificar o pensamento do emissor e a mensagem em si, perceber as intenções, significados, a partir de análise textual discursiva – ATD, como forma de entender o “universo midiático e suas performances textuais através das quais manifestam suas ideias e ideologias”³⁰.

A autora salienta que seu enfoque metodológico procurou dar conta da configuração do jornal, a forma como o mesmo é diagramado, detalhes que segundo ela teriam passado despercebido se o pesquisador se voltasse apenas aos textos em si. Nesse sentido, trabalha com três grandes eventos políticos, entre eles, a invasão da Baía dos Porcos, ocorrida em abril de 1961, o Movimento da Legalidade, do mesmo ano e a crise dos mísseis.

De certo modo, existem pontos de intersecção entre a pesquisa de Nogueira e essa dissertação, deixando claro a importância do conjunto do jornal, uma análise de totalidade da qual nos afastamos. Porém, mesmo sob perspectivas teóricas diferentes, ambas confluem em perceber os jornais com espaço de disputa de ideias e ideologias.

Também se utiliza a dissertação intitulada *A greve da oficina de chumbo, o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)*³¹. A pesquisa aborda a história do jornal *Correio do Povo*, da glória até as dificuldades enfrentadas diante da greve que uniu três categorias de trabalhadores - jornalistas, gráficos e rodoviários. A autora busca examinar quatro questões: “a relação entre mudança a tecnológica verificada no setor gráfico e a mobilização grevista, a ruptura das relações de dominação de caráter paternalista no nível da produção, a articulação possível entre os três sindicatos envolvidos e a questão jurídica”³².

²⁹ NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**. 298 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

³⁰ **Ibidem**. p. 9.

³¹ SPERANZA, Clarice. **Op. Cit.**

³² **Ibidem**. p. 7.

Embora exista um afastamento temporal entre o seu trabalho e o que propõem nesta pesquisa, Speranza realiza um amplo histórico no jornal *Correio do Povo*, algo que há poucos anos era bastante escasso. Também traz elucidações importantes sobre os meios de comunicação os quais “articulam a compreensão social da realidade por meio da definição de sentidos possíveis para a experiência”³³.

Utiliza-se também a dissertação *Branco e Vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*³⁴. Esta pesquisa contribui de tal forma na proposta dessa pesquisa, pois ali encontra-se as primeiras discussões acerca de Gramsci e da possibilidade de seu uso para compreender os meios de comunicação. Fraga em seu trabalho tem o objetivo de demonstrar como a Guerra Civil Espanhola foi apresentada à sociedade, bem como, perceber como ocorreu o alinhamento do jornal frente às diretrizes políticas da época.

O jornal *Correio do Povo* possuía um posicionamento bastante definido sobre o governo João Goulart e a situação nacional, se colocando como simpático a “Revolução de 1964. Partindo deste pressuposto, entende-se que mesmo afinados com os processos objetivos da profissão de jornalista, a opinião do dono do jornal se coloca como impedimento no momento em que, por exemplo, seleciona o que será publicado e também com os interesses de classe que representa.

Para cumprir os objetivos propostos acima, esta pesquisa dividiu-se em três capítulos. O primeiro visa evidenciar os pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam esta pesquisa. Também conta com uma discussão bibliográfica no intuito de evidenciar melhor que debates têm ocorrido nos últimos anos que podem nos auxiliar a compreender o objetivo proposto nesse estudo, bem como compreender o papel da imprensa em nossa sociedade.

O segundo capítulo, apresenta um aprofundamento nos editoriais e artigos pré golpe, meses de janeiro a março de 1964 onde é evidenciado o projeto do jornal *Correio do Povo* alinhado aos interesses de classe.

No terceiro capítulo, trabalhou-se com os editoriais do pós-golpe. O mesmo evidencia a ideia que aparece no primeiro capítulo de que a ação política desferida pelo jornal pesquisado não estava finalizava com a vitória da “revolução”. Buscavam, portanto, consolidar no público leitor uma cultura de autoritarismo, defendendo os valores e interesses que melhor representavam seus interesses.

³³ **Ibidem.** p. 27.

³⁴ FRAGA, Gerson Wasen. **Op. Cit.**

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORREIO DO POVO E A DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo, propõe-se tecer discussões teóricas e metodológicas que orientaram a pesquisa. No primeiro momento, procura-se trazer a história do jornal *Correio do Povo*, imprescindível para compreender a sua atuação frente aos acontecimentos, relacionando a sua trajetória e seus posicionamentos para compreender a sua ação no que tange aos conflitos inerentes à sociedade.

Posteriormente, encaminha-se a discussão para compreender a imprensa, salientando a necessidade de romper com as análises assentadas nos padrões liberais da imprensa, que a percebem apenas como um órgão “prestador de serviço”, que afastada dos interesses sociais, se valeriam apenas da função de informar a população.

E por fim, realiza-se uma abordagem da situação pré-golpe civil-militar, no intuito de entender as grandes transformações ocorridas na sociedade a partir da década de 1930, com a modernização e aceleração da economia, atendendo aos interesses das classes burguesas e, posteriormente, evidencia-se a crise no modo de acumulação, que culminou para o fim do pacto populista de governo.

1.1 O Jornal *Correio do Povo*

O objetivo desse tópico é apresentar a trajetória da Empresa Jornalística Caldas Júnior no Rio Grande do Sul, bem como, evidenciar as principais discussões em torno das pesquisas com mídias. Pois, é oportuno destacar que a partir dos anos 1980 ocorreram transformações no que tange ao uso de fontes jornalísticas e elas proporcionaram um aumento nas produções que utilizam como fonte de pesquisa os jornais. A antiga tendência em percebê-los como uma fonte secundária tem se tornado menos recorrente, colaborando assim para desmistificar os paradigmas da

historiografia tradicional que os considera como fontes não confiáveis, pois estariam envolvidos em subjetividades, tanto daqueles que a produziram, como do leitor/pesquisar.

Segundo Luca, os jornais enquanto “‘enciclopédias do cotidiano’ contêm registros fragmentários do presente”, por esse motivo foram considerados fontes de pesquisa inadequadas, pois seus registros se compõem de fragmentos do presente, “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”³⁵. Porém, para os objetivos propostos nesta pesquisa, tais paixões e interesses não são vistos como meras distorções subjetivas e sim à luz das reflexões de Gramsci sobre jornais e revistas, como “meios para organizar e difundir determinado tipo de cultura”³⁶.

No entanto, não significa negar cuidados metodológicos intrínsecos à profissão de historiador. É necessário sempre contextualizar a fonte de análise, na tentativa de compreender as condições vigentes durante a sua produção, a fim de realizar uma leitura detalhada e meticulosa.

Para isso, buscou-se uma reflexão acerca da constituição e da trajetória da Empresa Jornalística Caldas Júnior, fundada em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, dois meses após o fim da Revolução Federalista, que opuseram Republicanos e Federalistas no Rio Grande do Sul. O jornal, procurando se manter distante das disputas partidárias, declarava em sua primeira publicação ser independente e livre de disputas e foi precursor em distanciar as orientações políticas do fazer jornalístico, que anteriormente, conduzia e determinava o conteúdo dos folhetins. Segundo Galvani,

quando o Estado [do Rio Grande do Sul] radicalizou-se entre maragatos e pica-paus, era possível sentir com muita clareza de que lado estavam os jornais e os jornalistas. Todos eles tinham suas posições políticas e todos os veículos demonstravam na linguagem e na política sua ideologia.³⁷

Embora a adoção de uma postura distante dos acontecimentos político, o objetivo de Caldas Júnior era “representar os interesses das chamadas classes conservadoras”, mantendo fortes relações com as “elites agrárias”, o *Correio do Povo* “era o jornal lido pelos estancieiros – e seria interpretado posteriormente pelo jornalista

³⁵ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.

³⁶ GRAMSCI, Antonio. **Op Cit.** p, 33.

³⁷ GALVANI. Walter. **Op. Cit.** p. 45.

João Antônio Mesplé como uma prova do interesse exclusivo do jornal pelas questões pertinentes às classes produtoras”³⁸.

A vinculação da vida política dos partidos à imprensa é chamada de “jornalismo de cunho político-partidário” e está relacionada ao processo em que dirigentes fazem da imprensa um “agente orgânico da vida partidária”³⁹. A criação pelos partidos de seus próprios periódicos acabou estabelecendo nesse período uma concepção de que a natureza do jornalismo é fundamentalmente opinativa, que caberia a ele dirigir a opinião pública.

O afastamento efetivo entre política e jornalismo ocorreu paulatinamente. Caldas Júnior, percebe o campo fértil para a sua atuação, mantendo seu jornal sempre vinculado a laços políticos, porém essa conexão se dá de forma bastante sutil em comparação com a antiga proposta de jornalismo. O *Correio do Povo* surge em um contexto conflituoso, no entanto diferencia-se do modelo existente, enquanto o jornalismo político-partidário sempre nutriu “sonho de formar e também dirigir a opinião pública”⁴⁰ o novo jornalismo informativo moderno buscava afastar-se desse papel.

O jornalismo informativo moderno supera, progressivamente, o antigo, em grande medida devido ao processo de transformação da estrutura econômica da sociedade. A partir da Revolução de 1930, há uma diversificação das camadas sociais que se encontram cada vez mais inseridas na lógica da industrialização e do capitalismo. Esse fenômeno gerou uma ascensão das camadas médias, possibilitando não apenas uma mudança na estrutura social e econômica, mas, também novas necessidades culturais que o jornalismo de cunho político-partidário não dava conta de suprir⁴¹.

Paulatinamente, o modelo de jornalismo em que o jornal *Correio do Povo* se enquadra demonstra que soube aproveitar do crescimento econômico e da expansão do público leitor. Associando-se a comerciantes que, progressivamente, somariam forças para formar um jornalismo independente como alternativa às novas necessidades da sociedade.

³⁸ DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DO%20POVO.pdf>. Acesso em 03/03/2016.

³⁹ RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993 p. 28

⁴⁰ **Ibidem**. p. 50.

⁴¹ **Ibidem**. p. 43-44.

O sucesso do jornal *Correio do Povo* encontrava-se, também, na postura empresarial assumida que permitiu que o jornalismo informativo moderno se afastasse das disputas políticas que anteriormente eram o grande financiador dos periódicos para apresentar-se ao público, como ‘órgão de nenhuma facção, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna’⁴².

No início do século XX, Caldas Júnior estabeleceu com o *Correio do Povo* um predomínio frente ao mercado de periódicos. O segredo para isto foi a afinada percepção das mudanças culturais, sociais e econômicas da época e o refinamento no processo de produção dos jornais, que proporcionou a redução dos custos, permitindo maiores espaços para anúncios e investidores. O jornalismo se ligava cada vez mais às condições determinadas pelo avanço do capitalismo. Conforme Rüdiger,

A transição para um novo regime jornalístico não foi progressista; o mercado não comportava, como não comporta até hoje, grande concorrência: o público leitor era limitado por fatores econômicos e educacionais, e o número de anunciantes não era suficiente para sustentar várias empresas. Por isso, as tendências jornalísticas que vêm se consolidando desde essa época têm se caracterizado pela concorrência monopolista entre poucos jornais.⁴³

Gradativamente essa concorrência parou de ser exercida entre os jornais espalhados pelo Rio Grande do Sul. Ainda, segundo Rüdiger, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* – ambos localizados em Porto Alegre, representaram a vanguarda do nosso jornalismo. Tanto por sua organização nos moldes capitalistas, como por sua “imparcialidade”. Nesse sentido, a ação monopolista de alguns jornais garantiu a predominância no mercado, fazendo com que o *Correio de Povo* e, em segundo lugar, o *Diário de Notícias*⁴⁴ tornassem-se os maiores jornais do Estado no início do século XX.

A partir de 18 de dezembro de 1935, o jornal passa a ser dirigido por Breno Caldas, filhos de Caldas Júnior. O novo diretor sempre procurou manter a linha inaugurada por seu pai, mantendo a proposta inaugurada por seu pai, que buscava um “afastamento” dos conflitos intrínsecos à sociedade.

Contudo, o desenvolvimento desse jornalismo informativo “livre” das disputas políticas sofreu para a sua manutenção, isso porque a política era essencialmente uma forma de sustento do jornalismo e também uma prática muito presente. Embora

⁴² **Ibidem**, p. 64.

⁴³ **Ibidem**, p. 61.

⁴⁴ O jornal Diário de Notícias foi fundado apenas em 1º de março de 1925. Mas graças a sua adaptação ao novo modelo de jornalismo obteve grande sucesso.

o jornal sempre tenha cultivado uma “imagem de distanciamento das discussões políticas, não abria mão de sua influência, expressa ao longo do século XX”⁴⁵. Pode ser citado o episódio em que Breno Caldas se envolve em um conflito com o governo Flores da Cunha quando decide apoiar o “projeto Vargasista de desenvolvimento capitalista para o País, cujos termos centralizadores haviam gerado uma dissidência com Flores [da Cunha]”⁴⁶.

As transformações ocorridas no jornalismo não retiraram de cena a natureza política do seu fazer. Mas garantiram uma mudança na forma de fazê-lo, “o caráter político do jornalismo foi se dissimulando ainda mais, traduzindo-se em “políticas noticiosas” extremamente sutis, mas eficazes no processo de modelagem da opinião pública”⁴⁷.

Diante alguns empasses na política, o *Correio do Povo* seguiu exercendo sua influência e publicando suas anuências. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra “apoiou a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947”⁴⁸. E também em 1950 quando “deu seu apoio a Getúlio Vargas, embora olhasse com desconfiança algumas das teses de seu programa, caracterizado por um extremo nacionalismo e por restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil”⁴⁹.

Ao início dos debates em torno da sucessão presidencial, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 “o jornal não aprovou a posse do vice-presidente João Goulart”⁵⁰ e com a implantação da ditadura civil-militar, sempre fez questão de evidenciar sua percepção sobre a política de João Goulart, Breno Caldas, afirma que “a Revolução de 64 foi para nós benvinda”⁵¹.

Com isso, salienta-se o envolvimento do diretor Breno Caldas nas disputas políticas durante a ditadura civil-militar. Em entrevista cedida a José Antonio Pinheiro Machado, Breno Caldas afirma que,

A Revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... né é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligações políticas com ninguém -, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. Quando houve a tal conspiração do Castelo Branco, eu não sabia de nada oficialmente. Até que o general Adalberto Pereira dos Santos, que

⁴⁵ SPERANZA, Clarice. **Op. Cit.** p. 57-58.

⁴⁶ RÜDIGER, Francisco. **Op. Cit.** p. 70.

⁴⁷ **Ibidem**, p. 71.

⁴⁸ DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Op. Cit.** p. 5.

⁴⁹ **Idem.**

⁵⁰ **Idem.**

⁵¹ **Idem.**

comandou o movimento por aqui, fez um contato comigo, me disse que a situação era crítica, que iria acontecer alguma coisa: “Fique atento a uma manifestação do general Castelo Branco.”⁵²

Não se trata de afirmar que a direção do jornal estivesse à serviço da ditadura, mas de observar a influência política que o diretor do *Correio do Povo* exercia no Rio Grande do Sul. Pinheiro Machado, ao perguntar a Breno Caldas como era sua relação com os presidentes militares. Breno responde: “Em geral, boas. O Costa e Silva, que sucedeu o Castelo Branco, era um terrível jogador, adorava corridas de cavalo”⁵³. Conta também que seu filho, ao servir nas Forças Armadas foi convidado por Costa e Silva para ser seu motorista. Segundo ele, “um soldado que almoçava na mesa do general”⁵⁴, Breno acreditava que a ideia de Costa e Silva “não era se aproximar do *Correio do Povo*, que era um jornal muito influente, mas sim ter por perto alguém ligado ao turfe⁵⁵!”⁵⁶

Exercer uma posição de importância perante à sociedade sempre foi a realidade de Breno. À Pinheiro Machado conta que deveria ter ido à Brasília a fim receber uma medalha, mas não gostava dessas coisas e mandou seu filho Francisco Antônio, gerando um incidente. A medalha devia ser entregue em mãos, no entanto, Francisco Antônio se encontra com Médici em uma cerimônia não oficial, em um ato de quebra de protocolo, e recebe a medalha de seu pai⁵⁷.

Esses fatos descritos acima, auxiliam na percepção de que mesmo seguindo a linha de “neutralidade” assumida nos primórdios da fundação do jornal *Correio do Povo*, a família Caldas, sempre exerceu grande influência nos espaços que conviveu. Tornando difícil afastar seus interesses enquanto produtor rural e proprietário de terras juntamente com a função de direção dos rumos do periódico.

⁵² MACHADO, José Antonio Pinheiro. Breno Caldas. **Meio Século de Correio do Povo**. Glória e agonia de um grande jornal. L&PM. 2ªed. São Paulo, 1987. p. 54.

⁵³ **Ibidem**, p. 77

⁵⁴ **Ibidem**, p. 79.

⁵⁵ Pessoa ligada a corridas de cavalo.

⁵⁶ MACHADO. José Antonio Pinheiro. **Op. Cit.** p. 79.

⁵⁷ **Ibidem**, p. 79-80

1.2 A atuação do jornal *Correio do Povo* enquanto partido

As contribuições de Gramsci permitem compreender que a construção da hegemonia não se limita apenas ao convencimento e ao domínio da opinião pública. É necessário, então, um meio para a construção de uma ideologia, de disseminação de determinada cultura. Entende-se que o jornalismo, abordado nesta pesquisa, “não apenas pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente a sua área”⁵⁸.

Nesse sentido, convém observar a natureza opinativa dos editoriais, que oferecem ao leitor, bem como ao pesquisador uma visão mais próxima possível das inclinações políticas no periódico que apresentam e defendem um projeto político, bastante sutil, mas, carregado de informações e da influência que possuem na sociedade.

O jornal *Correio do Povo* conseguiu um feito que traz à tona as discussões sobre padrão liberal da imprensa. A partir do estabelecimento desse padrão empresarial de jornalismo, a liberdade de imprensa foi reduzida ao “acesso à impressão, distribuição, financiamento, o que demarca limites permanentes na história da imprensa”⁵⁹. Nesse sentido, a tendência que se estabelecia era de “concorrência monopolista”⁶⁰, apenas os jornais que conseguiram estabelecer as mesmas configurações do *Correio do Povo* permaneceram em circulação.

Os limites acima demarcados, permitem uma reflexão acerca da “necessidade de romper com os padrões liberais de análise e compreensão da imprensa”⁶¹, ou seja, a informação é livre, mas sua divulgação/distribuição não é. Com isso, percebe-se a atuação desses jornais empresariais de forma mais orgânica, a partir do que propõe Gramsci: como um partido político. Pois, tal padrão tende a criar um processo que oculta a natureza histórica da imprensa, que é a disputa cultural e ideológica da opinião pública.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. V. 2. **Op. Cit.** p. 195.

⁵⁹ SILVA, Carla. **Op. Cit.** p. 27.

⁶⁰ RÜDIGER, Francisco. **Op. Cit.** p. 61.

⁶¹ SILVA, Carla. Veja: Mais um partido neoliberal. *Revista História e luta de classes*. Ano I. Ed, Nº2. Fevereiro de 2006. p. 73.

Nessa disputa pela opinião pública, surge a representação de que a imprensa atua como vigia do poder, associada inúmeras vezes à ideia de “Quarto Poder”⁶². E que, portanto, caberia a ela o exercício de fiscalização, pois, “acima dos conflitos sociais, a ponto de tornar a imprensa capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados”⁶³.

A ideia de quarto poder, embora sua referência seja encontrada desde a Revolução Francesa. Segundo Sylvia Moretzsohn, “nada é inocente, a começar pela conceituação de ‘quarto poder’, que subverte o sentido da mediação jornalística e a apresenta como uma espécie de fiel da balança, escondendo os interesses na seleção e hierarquização da informação”⁶⁴.

Essas discussões conduzem às contribuições de Gramsci, que aponta os meios de comunicação como um dos principais construtores de hegemonia. Essa hegemonia é a capacidade de uma classe dominante ou pretensa ao domínio, de construir o consenso e/ou consentimento, tornando-se classe dirigente e capaz de se encarregar da direção moral e intelectual de uma grande maioria.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.⁶⁵

Com este autor, surgem discussões no campo político que auxiliam a perceber que “tanto nos regimes democráticos, onde existe uma relação equilibrada entre coerção e consenso, até as mais rudimentares ditaduras, nenhum regime político foi capaz de sobreviver sem o estabelecimento de bases sociais e elementos de hegemonia”⁶⁶. Nesse sentido, hegemonia é “construção de mundo”⁶⁷, ou seja, são os

⁶² O termo faz referência a um quarto poder que complementaria os três poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário.

⁶³ SILVA, Carla. **Op. Cit.** 2006. p. 74.

⁶⁴ MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade. **Alceu** - v. 14 - n.28 - p. 47 a 61 - jan./jun. 2014. p. 49.

⁶⁵ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Notas sobre Estado e Política. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 95.

⁶⁶ MELLO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? : controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**. Ano, XIII, nº27, p. 39-53. p. 33.

⁶⁷ BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **Trabalho & Educação** – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007. p. 5.

meios para a elaboração e/ou manutenção de determinada ideologia que historicamente encontram-se em disputa.

Sugere também, que todo movimento político que pretenda ser hegemônico, que considere formar uma nova consciência, deve estabelecer críticas as ideologias anteriores. Diversas vezes será apresentada esta perspectiva nesta pesquisa, por exemplo, nos momentos em que o jornal *Correio do Povo* no ano de 1964 – ano da pesquisa – realiza críticas ao populismo, também quando apresenta uma preocupação em estabelecer críticas contundentes a João Goulart, em desconstruir sua imagem e transformar o caráter das Reformas de Base em demagogia.

Essa leitura sobre o *Correio do Povo*, entende que os meios de comunicação são “instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”⁶⁸. Embora o termo manipulação pareça maniqueísta refere-se à necessidade do bloco hegemônico, manter-se dominante frente às outras classes, e esta dominação não ocorre apenas a partir do controle do aparelho repressivo do Estado. Desse modo, tanto para Marx quanto para Gramsci, um tipo qualquer de associação que tomasse parte de alguma ação política consciente, de organização de “vontades coletivas”, dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade, pode ser encarado como partido político⁶⁹.

O que Gramsci propõe é algo como uma baliza metodológica, um meio para que o pesquisador perceba a capacidade do sistema privado de hegemonia (meios de comunicação, sistema educacional, religião) de realizar seu programa, de transpor um planejamento em ação política. Nesse sentido, a questão primordial para esta compreensão é afastar-se das disputas internas de um partido para buscar compreender sua “eficiência real”⁷⁰, para aproximar-se daquilo que o partido conseguiu construir. Ou seja, uma ideologia política que se apresenta não fria como utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva”⁷¹.

Desta forma, o partido é “um mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado”, é também “o modo próprio de elaborar

⁶⁸ CAPELATTO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. XIX.

⁶⁹ SANTOS, Igor Gomes. **Op. Cit.** p. 30.

⁷⁰ SANTOS, Igor Gomes. **Op. Cit.**

⁷¹ GRAMSCI, Antonio. Vol. 3. **Op. Cit.** p. 13-14.

sua categoria de intelectuais orgânicos”⁷². Os intelectuais “são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”⁷³. Eles se formam segundo processos históricos e em relação com o mundo produtivo, mediados pelo conjunto das superestruturas (ideologia, instituições, sistema de ideias), dos quais “os intelectuais são precisamente os funcionários”⁷⁴.

Como qualquer organização, seu objetivo é “elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integrada, civil e política”⁷⁵.

Ou seja, mesmo que o indivíduo não tenha nascido no seio da classe hegemônica, ciclicamente se formam intelectuais que assumem essa visão de mundo. Sendo o *Correio do Povo* um partido, cabe perceber a sua capacidade de transpor seu programa com claros objetivos de classe, a um grupo que historicamente não possui os mesmos interesses.

1.3 A situação pré golpe civil-militar

O Brasil durante o início do século XX passou por grandes transformações, “do início da década de 1930 ao final dos anos 50, transitou de uma economia agroexportadora, para a maior economia industrializada da América Latina”⁷⁶. Sob o comando de Getúlio Dornelles Vargas, que assumiu o poder a partir de um golpe civil-militar, e que originalmente executou uma política de defesa e valorização do café, e passa progressivamente a estimular o processo de industrialização, nacionalizando a economia, investindo no setor de bens não duráveis e na criação de indústrias de base, esse processo é conhecido como “Substituição de Importações”⁷⁷.

⁷² GRAMSCI, Antonio. vol.2. **Op. Cit.** p. 24.

⁷³ **Ibidem**, p. 21.

⁷⁴ **Ibidem**, p.20

⁷⁵ **Ibidem**, p. 24.

⁷⁶ MOREIRA. Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: O plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15.

⁷⁷ **Ibidem**.

Além disto, Vargas pauta seu governo em inúmeras reformas, entre elas uma reforma econômica, que visava à proteção da economia, em especial a indústria, com finalidade de garantir a intervenção estatal para modernizar o sistema econômico. Também implementou medidas de proteção ao trabalho, fortemente ligadas ao Estado, essas mudanças segundo Fonseca,

Não representaram nem uma imposição do estado à sociedade, posto que nesta foi gestado e enraizado socialmente ao longo de sua vigência, nem tampouco pretendia ocupar espaço da iniciativa privada ou suprimi-la, já que se tratava de um projeto de desenvolvimento capitalista.⁷⁸

Vargas progressivamente efetuou a substituição dos investimentos, que em maior parte estavam destinados ao setor cafeeiro, para promover a diversificação da produção agrícola e ampliação do setor industrial, a fim de afastar-se da “perspectiva de estagnação”⁷⁹ e decadência em que vivia o Brasil do período. No entanto, para o progresso do novo modelo econômico, conforme Prado Júnior, era necessário, sobretudo, criar e ampliar o mercado interno, que no modelo anterior podemos considerar incipiente. Ou seja, desenvolver o “fator consumo”⁸⁰ a fim de garantir o crescimento populacional e a elevação do padrão de vida dos cidadãos.

A crise do modelo agroexportador, aguçada ainda mais durante a “crise de 1929” obriga o sistema econômico a refazer-se, a romper com a ideia de que o Brasil possuía vocação agrícola, ou seja, “deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos”⁸¹.

Com o governo de Juscelino Kubitschek, há uma reorientação no desenvolvimento do sistema capitalista. Segundo analistas da época, as dificuldades que enfrentava o Brasil desde os anos de 1930 provinham do processo de substituição de importações não planejado. JK, a partir do Plano de Metas, pretendia consolidar tal processo a fim de garantir o crescimento econômico que só pôde ser estabelecido devido à forte presença de investimentos estrangeiros e empréstimos, o que acarretou a entrada de inúmeras multinacionais. Esse aumento no número de investimentos

⁷⁸ FONSECA, Pedro C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**. Rio de Janeiro, UFF, 2009. p.2,

⁷⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. p. 218. Disponível em: www.portaldocriador.org Acesso em: 26/02/2016.

⁸⁰ **Ibidem**, p. 218.

⁸¹ **Ibidem**, p. 226.

estrangeiros promoveu o surgimento de um novo tipo de burguesia dependente dos investimentos estatais, bem como, do capital multinacional e associado. Segundo Dockhorn,

A industrialização acelerada dos anos 50 provocou a emergência de uma burguesia ligada às empresas de grande porte, dependente dos investimentos estatais e do capital multinacional; os canais criados durante o governo de Juscelino Kubitschek propiciaram o desenvolvimento de uma política econômica visando a realização dos interesses dessa fração. Porém, o controle do poder político encontrava-se em outra fração da burguesia que ascendeu ainda no Estado Novo (setores tradicionais da oligarquia agrária, essencialmente nacionalistas, voltados para a agroexportação, vital na obtenção de divisas do exterior). Por outro lado, a nova burguesia tratou de reforçar e ampliar a sua força política, principalmente pela atuação de entidades civis. Com João Goulart na presidência, a acentuação da crise econômica e o arcaísmo da luta de classes, a possibilidade de uma ruptura no processo de crescimento econômico do país teve de ser freada. Esgotava-se assim o pacto populista.⁸²

Conforme o autor, o exercício do poder encontrava-se nas mãos da burguesia ligada a oligarquia tradicional, com característica essencialmente nacionalista e agroexportadora. Mesmo que a classe burguesa ligada a investimentos de capital multinacional e associado terem atingindo predomínio entre os anos 1950 e 1960, não encontraram meios através dos mecanismos populistas de manter-se no poder.

Desde os anos 1930, populismo e industrialização estiveram interligados. Nessa dissertação, entende-se populismo⁸³ como um conjunto como um conjunto analítico com um forte teor teórico que funciona como “chave interpretativa da natureza de certos sistemas políticos latino-americanos surgidos no pós-crise de 29 e extintos pela sequência de golpes civis militares”⁸⁴.

O projeto populista garantiu os interesses da burguesia industrial, mas ela apenas não poderia sustentar e superar o antigo regime agroexportador, nesse sentido, foi essencial o “apoio de setores médios e parcelas sindicalizadas dos trabalhadores urbanos”⁸⁵.

A grande inovação foi tornar possível a construção de uma hegemonia efetiva que, ao contrário da dominação exercida pelo sob o Estado Oligárquico, não

⁸² DOCKHORN, Gilban Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento** – 1964-1974. EDIPUCRS, 2002. p.16.

⁸³ O populismo é uma teoria analítica ou um paradigma explicativo, que permite perceber os governos latino-americanos surgidos a partir da crise de 1929 e extintos pela sequência de golpes civil-militares perpetrados na década de 1960 e 1970.

⁸⁴ DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol 4, n.8, julho-dezembro de 2012. p. 204-229. p. 207

⁸⁵ MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.15.

se sustentava exclusivamente através da coerção, mas viabilizou a produção de uma ideologia eficaz e a constituição de um conjunto de aparatos de propaganda, mobilização e produção de consenso em torno do projeto populista.⁸⁶

Ainda conforme Badaró Mattos, destaca-se que o êxito desse projeto está na sua capacidade de “hegemonizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado, obtendo seu apoio ativo para o projeto que visava colocar o Estado a serviço de uma política de industrialização”, isto é, “converte vastos setores sociais em defensores de um projeto, uma ideologia que não correspondem a seus interesses históricos de classe”⁸⁷. Com isso, entende-se o “projeto populista” como essencial para a compreensão dos eventos posteriores que progredem para ditadura civil-militar instaurada entre os anos de 1964-1985.

1.4 O golpe civil-militar

Em 1964 no Brasil um golpe civil-militar depôs o presidente eleito João Goulart, inaugurando “uma nova etapa na história política nacional, com profundas repercussões nos aspectos socioeconômicos, culturais e humanos”⁸⁸. Com o golpe se instituiu um regime de exceção, marcado pela diminuição das liberdades individuais com o forte objetivo de desmantelamento dos movimentos sociais de cunho democrático, contra as reformas, bem como forma de barrar o processo de politização das organizações da sociedade civil.

O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal-democrático inaugurado em 1946 para se tornar uma concreta realidade.⁸⁹

Desde o início da década de 1960 a hegemonia do projeto populista enfrentava grandes dificuldades. “A crise do populismo se expressou através do crescimento da

⁸⁶ **Idem.**

⁸⁷ **Idem.**

⁸⁸ WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil Org. Claudia Wasserman et al. In.: **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27- 44. p.27

⁸⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.7

mobilização e da radicalização do conjunto dos setores subalternos, bem como a correspondente reação dos grupos dominantes”⁹⁰. Além dessa maior mobilização das classes subalternas – e posteriormente da classe média, o governo Goulart foi marcado por uma intensa crise política, evidenciado notadamente pela sua incapacidade de aprovar emendas constitucionais, causando um fenômeno chamado de “Paralisia Decisória”. Nesse mesmo sentido, uma crise econômico financeira, cuja saída, segundo a política estabelecida pelo Executivo encontrava-se na aprovação das Reformas de Base, que de forma geral, pretendia a partir de diversas ações manter o índice de crescimento elevado e controlar a inflação⁹¹.

Sem o apoio necessário no Congresso para aprovar as reformas que acreditava serem urgentes, Jango se aproxima da base política de seu partido (movimentos populares e sindicatos), buscando produzir pressão política para efetivar a aprovação das Reformas de Base. Com o aguçamento das greves e das mobilizações em prol da aprovação de tais reformas, defendendo também a democracia e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Em contrapartida, os setores à direita como IPES, o IBAD, setores da igreja, entre outros, alguns financiados pelo capital internacional e pela embaixada dos Estados Unidos, passam a denunciar por diversos meios a “subversão” e a “comunização do país”, efetuando uma ampla campanha a fim de desestabilizar e desacreditar o governo de João Goulart⁹².

A efervescência do período era muito grande, lembrando que, embora todas as medidas propostas pelo Executivo fossem compatíveis com o projeto populista, “eram politicamente explosivas, pois, liquidavam qualquer disposição da burguesia agrária em aceitar a direção política do bloco político constituído sob a direção da burguesia industrial”⁹³. Nesse sentido, as muitas movimentações durante o período, embora caracterizassem um período de efervescência política e cultural, não denotava necessariamente uma associação ao comunismo como argumenta Wasserman,

Mesmo que nem toda movimentação desses setores significasse necessariamente uma adesão a qualquer ideal mais progressista, revolucionário ou “comunista”, esta sinalização foi suficiente para servir de

⁹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Op. Cit.** p.21.

⁹¹ Ver MOREIRA. **Op. Cit.** Nesta obra, o autor de forma aprofundada retoma o projeto de nação do governo João Goulart, de forma especial sob uma ótica econômica.

⁹² TOLEDO, Caio Navarro. **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo** – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

⁹³ MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Op. Cit.** p.21.

pretexto aos golpistas de que estava na hora de bloquear estas atividades reivindicatórias, consideradas subversivas.⁹⁴

No Rio Grande do Sul, os grupos dominantes gaúchos principalmente agropecuaristas e empresários, apoiavam diversos manifestos, muitos deles encontrados no jornal *Correio do Povo*. Entre estes grupos, alguns haviam defendido a Legalidade em 1961, no entanto, conforme figurava, “a defesa de um Golpe agora aparecia como a defesa da Constituição. Aliás, a Legalidade, gestada no Rio Grande do Sul e que havia sido a senha para aprofundar as mudanças, agora era intolerável como símbolo da resistência”⁹⁵.

O governador do estado Ildo Meneghetti, eleito a partir da sigla que unia diversos partidos conservadores, a Ação Democrática Popular – ADP é considerado um dos principais responsáveis no que tange a constituição de hegemonia política e legitimidade do golpe no Rio Grande do Sul. Conforme Wasserman, no final do ano de 1963, o então governador se posicionou publicamente em um manifesto que alertava “os riscos da “comunização”” do país, devido à fragilidade do quadro político e do contato de Jango com os comunistas.

De acordo com o exposto, o estado gaúcho teve um papel de extrema importância nos acontecimentos que depuseram o então presidente João Goulart. A conjuntura era tão difícil quanto no restante do país, com o diferencial da existência de uma bancada pró-Jango bastante significativa, que justificaria, o que será visto mais adiante, a grande preocupação do jornal em descaracterizar aqueles que eram aliados de Jango e Brizola. Somado a isso, a economia do Estado encontrava-se em decadência, o que possibilitava espaços para a mobilização de trabalhadores, realizando greves e reivindicações.

De modo que, as ideias assentadas e projetadas pelo *Correio do Povo* na sociedade, de caos e de imediatos conflitos, encontram terreno fértil nas difíceis condições em que a economia nacional se encontrava, apelando fortemente para a

⁹⁴ WASSERMAN, Cláudia. O golpe de 1964: O Rio Grande do Sul “celeiro” do Brasil. In. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010 – v.1; p. 51-70. p. 58

⁹⁵ KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Revista Scielo**. ISSN 1852-9615 vol.14 no.1 Mendoza, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1852-96152013000100007&script=sci_arttext Acesso em 12/02/2016.

desconstrução de João Goulart e recorrente associação com o comunismo internacional, construindo as bases para pôr a legalidade de seu governo em cheque.

2 O CORREIO DO POVO E A DESLEGITIMAÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART

Nesse capítulo evidencia-se principalmente a construção das críticas direcionadas ao governo de João Goulart no primeiro trimestre do ano de 1964, que com o propósito de informar a população, o jornal *Correio do Povo* nos editoriais e artigos assinados dissemina sua ideologia e seu entendimento sobre os eventos, carregado pelos interesses de classe que representa.

2.1. Assentando o terreno: crítica à administração de João Goulart

O presidente João Goulart é um dos políticos mais presentes nos editoriais e artigos do jornal *Correio do Povo* no ano de 1964. Por esse motivo, este subcapítulo evidencia uma das principais “bandeiras” assumidas pelo jornal – a deslegitimação moral e pessoal de Jango, que de personalidade política foi transformado em personagem da política⁹⁶ e que, de acordo com o jornal, foi o principal aglutinador da crise e também responsável pelos futuros desígnios da Nação.

A construção negativa da figura de João Goulart contribuiu para a sua evidente associação com o comunismo. Acusado pelo jornal de comprometer a administração pública, de causar sofrimento ao povo, apenas para garantir a agitação e a desordem. A união de civis e militares em prol de deslegitimar sua atuação, se enquadra em projeto mais amplo que propunha o embasamento necessário para a ruptura institucional que se vislumbrava.

Ao começar o ano de 1964, o jornal não trazia boas novas, o editorial intitulado “Legado e Perspectiva” já tecia severas críticas à atual administração. Trazendo um

⁹⁶ OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa** – de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.

balanço do ano que passou, salienta, “que, certamente não deixará saudades a ninguém, tão prodígio em dificuldades, sacrifícios e decepções, de mistura com inconcebível cadeia de erros resultantes de inépcia e com agitações intencionalmente provocadas”.⁹⁷ É possível notar no trecho acima, que o intuito do periódico é deixar em evidencia a má condução da administração pública. Quer destacar um ponto de vista, segundo o qual, crê “que não seria possível tratar-se com mais leviandade os destinos na Nação”⁹⁸.

Nesse mesmo sentido, o editorial segue afirmando que o que se vê, são uma soma de manobras “com base em falsas soluções para uma problemática propositalmente oferecida como posto de agitações, para as quais se procuram as mais diferentes, estapafúrdias e contraditórias justificativas”.

Por fim, traz os prenúncios para o Ano Novo, “dentro dessa perspectiva, não faltam os apelos à revolução, as ameaças e denúncias de revolução, que estariam até com data marcada”. O jornal reafirma ainda, a confiança de que “nossos líderes não chegarão ao extremo do delírio, porque nação como a brasileira, vasta, rica e promissora não pode ser fadada para as tragédias, mas tem que caminhar para os triunfos”⁹⁹.

Observa-se uma tendência em convencer o leitor de que se encontravam em eminência de uma revolução, uma das formas foi a partir da desconstrução do político Leonel de Moura Brizola, que após a Campanha da Legalidade tornou-se um símbolo, uma personificação da legalidade, da democracia e da Constituição. Tentando criar uma atmosfera tensa, que exigia grandes preocupações da sociedade. Sendo que, as ações mais tensas de Brizola, diziam respeito a formação dos Comandos Nacionalistas ou Grupos dos Onze Companheiros, e pelo forte apelo de Brizola com as camadas populares da sociedade.

A definição de onze membros se deu com inspiração em um time de futebol. O esporte mais popular do Brasil serviria como alegoria para a compreensão rápida por parte da população dos objetivos do grupo. Esses “times do povo” deviam ter um “capitão”, que lideraria os grupos com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base.¹⁰⁰

⁹⁷ *Correio do Povo*. 01/01/1964. “**Legado e Perspectiva**” – Editorial.

⁹⁸ **Idem**.

⁹⁹ *Correio do Povo*. 01/01/1964. “**Agitações Presidenciais**” – Editorial.

¹⁰⁰ PACHECO, Diego. Às portas de 1964: a Campanha da Legalidade e os Grupos dos Onze em Santa Catarina. In.: BATISTELLA, Alessandro (Org.) *O golpe civil-militar de 1964 no Sul do Brasil*. Chapecó: **Argos**, 2014. p.- 135 -187 p. 154.

O editorial analisado a seguir evidencia diversos veículos de comunicação de massas, mas salienta principalmente o rádio, por acessar as camadas mais populares da sociedade e por estar mais amplamente difundido na época. Sua força de atuação também pode ser exemplificada por seu protagonismo, evidenciado durante a Campanha da Legalidade.

Baldissera (2005) destaca que por ser o rádio um meio de grande adesão nos meios rurais e urbanos, principalmente no universo de pessoas mais simples, os apelos de Leonel Brizola apresentaram grande aceitação nessas comunidades, tornando políticos os acontecimentos desses grupos a partir da repercussão que alcançam na sociedade¹⁰¹. Além disso, Brizola possuía uma capacidade de transpor a realidade política e econômica da época para uma população que desconhecia os termos daquela realidade, sua oralidade era temida pela relação que conseguia estabelecer com diversos públicos. Conforme se nota nos exemplos que eram utilizados: “O brasileiro dorme, hoje, com uma nota de mil cruzeiros na mesa de cabeceira, e só 999 cruzeiros quando levanta de manhã”¹⁰².

No entanto, assim como Brizola possuía um programa, que buscava orientar os diversos Grupos dos Onze com seus ideais de “1) defesa das conquistas democráticas; 2) pela implantação imediata das reformas de base; 3) pela libertação nacional da espoliação internacional”¹⁰³. Seus adversários também usavam os jornais e o próprio rádio para a divulgação de suas ideias. O que estava em jogo era o poder dos grupos tradicionalmente dominantes, que temendo as mobilizações políticas dos sindicatos, de camponeses e estudantes, buscavam criar o temor contra a “onda vermelha” advinda desses grupos, que apoiavam e fortaleciam as bases do governo de João Goulart.

O Grupo de Atuação Patriótica – GAP representava as classes altas e médias da sociedade e era formado por jovens estudantes. Em seu programa de ação pretendiam combater as reformas propostas por Jango, por considerá-las comunizantes. Para isso, foi criada a Rede da Democracia, nesse espaço, o presidente da GAP “falava todas as semanas, sugerindo inclusive a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e do Grupo dos Onze, de

¹⁰¹ BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Passo Fundo: UPF, 2005.

¹⁰² PACHECO, Diego. **Op. Cit.** p. 154.

¹⁰³ **Ibidem.** p. 155.

Brizola”¹⁰⁴. Para Moniz Bandeira, o que se vivenciava no período, era uma grande hostilidade de classe,

A hostilidade contra o movimento sindical, sobretudo, contra sua participação na política aumentava nas forças armadas. Eram preconceitos fechados de classe que se desnudavam. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as atividades patronais podiam expressar-se livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do Governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores não. O proletariado não tinha o direito de participar da política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões de seu Estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização popular assombravam a burguesia. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massas, por mais débeis que fossem, eram como espectros que tiravam o sono.¹⁰⁵

Com isso, a imprensa fez do periódico, protagonista de inúmeras denúncias acerca do sofrimento que o comunismo provocava, relacionando a figura de João Goulart aos países do leste europeu. Os Grupos dos Onze, diversas vezes eram associados a guerrilheiros, alarmando a sociedade

...o que se vê ou o que se ouve todos os dias, nos jornais, em palestras pelo rádio ou ante as câmeras de TV, o verso deve ser usado no presente. Em verdade, não se estava, como se disse o governador, mas se está, a todo momento, pelos mais diversos meios de expressão, a falar em revolução... dizem, inclusive pela revolução o apelo as armas nem sempre fica implícito nessas afirmações. Se alguns corifeus da “nova ordem”, por mais cautelosos, usam metáforas, de alusão velada, não faltam aos mais afoitos, que falam às claras, como quando expedem até instruções para organizações de seus adeptos, do que são exemplos os “grupos dos 11”, que se devem preparar para ação oportuna. Tantos são os apelos à subversão, que não se poderá negar oportunidade à denúncia do governo gaúcho.¹⁰⁶

Segundo Balsissera, Brizola “era seguido e amado, especialmente do Rio Grande do Sul e na Guanabara, estado pelo qual tinha sido eleito deputado federal em outubro de 1962, com uma votação jamais vista até então: 269 mil votos. Tornou-se a figura central do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”¹⁰⁷. Por inúmeras vezes, Brizola desejou e orientou que João Goulart assumisse de fato os poderes, e que atuasse à margem da Constituição para poder realizar as reformas que o Brasil precisava¹⁰⁸. Nesse sentido, Brizola e Jango representavam para o empresariado

¹⁰⁴ SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Porto Alegre: L&PM, 1978. p. 258.

¹⁰⁵ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964.** 8 ed. rev. e ampliada. São Paulo: UNESP, 2010. p. 243.

¹⁰⁶ Correio do Povo. 05/01/1964. “**Subversão**” – Editorial.

¹⁰⁷ BALDISSERA, Marli de Almeida. **Op. Cit.** p. 21.

¹⁰⁸ BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz. **Op. Cit.**

brasileiro e para os grandes latifundiários uma possibilidade de desintegração do sistema político vigente.

O panorama político do período era conturbado, o país vivia um momento de “paralisia decisória”¹⁰⁹, e embora a composição do Congresso Nacional se apresentasse mais progressista, isto não garantiu espaços para gerir políticas reformistas, como era desejo do Executivo. Mesmo que,

no início da década de 1960, apesar do crescimento contínuo da esquerda, a correlação de forças e a agenda estrutural conservadora legada pela Constituição de 1946 indicava que, dentro do arcabouço institucional vigente, as reformas só poderiam ser realizadas por meio de uma ampla coalizão de apoio.¹¹⁰

Quando Goulart recupera em sua plenitude os poderes presidenciais, “seguem-se uma série de decretos de cunho intervencionista e nacionalizantes, boa parte regulamentando estatutos normativos aprovados durante a fase parlamentarista”¹¹¹. No entanto, muitas das reformas que buscava realizar demandavam aprovação do Congresso Nacional, porém, o governo não possuía a base de sustentação política para aprovar tais projetos, o caminho foi se aproximar de movimentos populares, em grande parte, grupos mais à esquerda. Sobre esta essa situação, Coelho de Souza, em ao *Correio do Povo* afirma que,

O Congresso apresenta muitas falhas e bem as conhecemos – mas haverá alguém, tão dado a chalaça grossa, capaz de afirmar que o Executivo é melhor? Quem em boa fé, julgar que a concentração de poderes na mão do Executivo melhoraria a nossa situação, atente na maneira desastrosíssima por que são resolvidos os “casos e crises” surgidos periodicamente, senão provocados propositalmente.¹¹²

O artigo utiliza uma linguagem que busca racionalizar os fatos, convencer o leitor que não há dúvidas frente àquela argumentação. Apesar de não dizer claramente, deixa subentendido que o que pretende João Goulart é estabelecer uma ditadura no Brasil.

O texto inicia apresentando o entendimento do Presidente do Sindicato Operário da Refinaria Duque de Caxias, a respeito da crise da Petrobrás, o sindicalista

¹⁰⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, n.2, abr./jun. 1977.

¹¹⁰ ALMEIDA, Mario Augusto. *Apud*. MOREIRA, Cássio Silva. *Op. Cit.* p. 158.

¹¹¹ BRAGA, Sergio Soares. *As relações entre Executivo e Legislativo e a elaboração da política econômica na primeira da democracia pluripartidária brasileira (1946-1964)*. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008. p. 228

¹¹² *Correio do Povo*. 02/02/1964. “Quarto Poder” – Artigo - Coelho de Souza.

afirma, que a solução não será encontrada até que seja realizada uma audiência do “poder sindical”¹¹³. Partindo disso, Coelho de Souza assegura o surgimento de mais um poder, - ainda que, não institucionalizado - “ao lado dos três poderes clássicos, mais um, o sindical”¹¹⁴.

O jornal sustenta que tais desejos de intervenção na direção pública são uma “manifestação do desejo de instauração da “república sindicalista”, do “peronismo” brasileiro”. Ao admitir as falhas existentes no Congresso apela para o argumento de que, mesmo nessa situação, não poderíamos permitir ao Executivo livre atuação, devido a iminência de um golpe e por fim crê que na América Latina “o dilema é reforma ou revolução”¹¹⁵.

Nesse mesmo intuito de racionalizar para legitimar, o editorial “Portos Brasileiros” cumpre esse papel. Visto que há um fortalecimento dos movimentos populares e um aumento nas pressões para a aprovação das Reformas de Base, acusa o governo de estar interessado apenas na agitação e na desordem” e que para superação da crise, que propositalmente proclamada por demagogos, deve-se solucionar o caos “do transporte e particularmente, por ser o que mais sofre os reflexos da crise geral – a navegação fluvial e marítima”¹¹⁶.

Segundo o *Correio do Povo* é muito difícil precisar quais campos da economia necessitam de maiores investimentos, em razão de que, “tão grandes e variadas são as lacunas ou deficiências, das quais, sob múltiplos aspectos, se recente o Brasil, que somente um plano compacto, realístico e objetivo poderá saná-las e, assim mesmo, com execução prevista para longo tempo”¹¹⁷.

Ao que parece, a intenção do jornal é de persuadir o leitor que o presidente eleito, Jango, usava o poder mobilizador das Reformas de Base como garantia de efervescia política, e constrói a sua argumentação direcionando a atenção às reformas que aglomeram parcamente os movimentos sociais e dos trabalhadores. O editorialista afirma que,

“dentre as demais reformas que se apregoam, a dos portos nacionais não se reveste de menor urgência do que as atribuídas a outros hoje mais em evidência, pelas quais se clama e agita o país em razão de conveniências

¹¹³ **Idem.**

¹¹⁴ **Idem.**

¹¹⁵ **Idem.**

¹¹⁶ *Correio do Povo*. 01/02/1964. “**Portos Brasileiros**” – Editorial.

¹¹⁷ **Idem.**

que melhor se ajustam e se prestam, no sentido de mobilizações interessadas na manutenção do caos que vivemos".¹¹⁸

Em diversos discursos João Goulart deixa em destaque suas preocupações ao que tange o momento crucial de desenvolvimento do Brasil, evidenciando a necessidade de reformas estruturais, a fim de garantir melhores condições de educação, emprego e renda. Para Jango, o desenvolvimento necessário para garantir o crescimento do Brasil se relacionava de forma mais ampla, com as mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais e não apenas a partir do aumento da capacidade produtiva¹¹⁹.

O entendimento do *Correio do Povo* se associa com essa capacidade produtiva, que a qualquer custo deveria progredir. Estando no polo oposto ao projeto populista evidenciado com a implementação de grande campanha com intuito de desacreditar o governo e a pessoa de João Goulart, o jornal além de deixar a desejar na informação, também distorce algumas das suas propostas.

Para cumprir os objetivos dessa pesquisa, se faz necessário contrapor nossa fonte com alguns discursos de Jango que demonstram sua atuação. Nesse sentido, sobre desenvolvimento, Goulart acredita que,

Os contrastes mais agudos que a sociedade brasileira apresenta, na fase atual do seu desenvolvimento, são de natureza estrutural, e, em virtude deles, a imensa maioria da nossa população é sacrificada, quer no relativo à sua justa e equânime distribuição da renda nacional, quer no referente à sua participação na vida política do País e nas oportunidades de trabalho e de educação que o desenvolvimento a todos deve e pode oferecer. Por isso mesmo que estruturais, estas contradições só poderão ser resolvidas mediante reformas capazes de substituir as estruturas existentes por outras compatíveis com o progresso realizado e com a conquista de novos níveis de desenvolvimento e bem-estar.¹²⁰

Esse, como tantos outros discursos de João Goulart, foi entendido pela burguesia comercial, latifundiária e grandes multinacionais como uma afronta aos já bem definidos privilégios e foram transmitidos à população como tentativas de insuflar as agitações de cunho comunista. Conforme Mattos, a crise do populismo se dá nesse sentido, quando além da radicalização da classe trabalhadora, surgem demandas que para as classes dominantes eram extremamente progressistas. Elas, a fim de conter

¹¹⁸ **Idem.**

¹¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed.^a Petrópolis, Rio de Janeiro, 1984. p.19.

¹²⁰ BRASIL. Presidência da República. **João Goulart. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964**. Brasília, 1964, p. 6.

o progresso, rapidamente elaboram formas de reconfiguração política, “cada vez mais atravessada por interesses em torno do aprofundamento de um modelo associado e dependente de desenvolvimento capitalista, que implicava evidentemente a ruptura com a premissas e práticas do populismo”¹²¹.

Na relação com a burguesia agrária, os governos populistas brasileiros até o final dos anos 50 promoviam, por um lado, a passagem do eixo dinâmico do capitalismo brasileiro da agro exportação para a indústria, e por outro garantiam plenas condições para a manutenção das relações sociais atrasadas no campo e da estrutura latifundiária da propriedade de terra, o que em geral era suficiente para neutralizar as resistências da burguesia agrária.¹²²

Outro ponto que causou forte crítica durante o governo de Goulart foi a política econômica adotada pelo governo. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico buscava “conciliar objetivos conjunturais e estruturais. Aliava medidas de curto prazo, nos marcos de um modelo dependente, às mudanças estruturais de longo prazo que visavam romper com a dependência externa”¹²³.

O plano propunha um novo direcionamento para a política e para a economia, em que “o Estado deveria assumir um papel determinante de regulador promotor do desenvolvimento (...) e assim superar a dependência tecnológica e financeira”¹²⁴.

Nesse sentido, encontram-se duras críticas no *Correio do Povo* a respeito desse papel de regulador assumido pelo governo de Jango, em especial no que tange o tema “salário mínimo”. De acordo com editorial intitulado “Mínimo Maximizante”, sustenta que o salário mínimo “está dando lugar, no entanto, em nosso país, a distorções e perturbações que, mesmo em face do acelerado processo inflacionário em que no debatemos, podia deixar de produzir”¹²⁵.

Conforme o editorial, a publicidade em cada novo decreto sobre aumento salarial esconde a subida de preços que em pouco tempo irá ultrapassar os novos níveis salariais. Afirma ainda, que “se cria um paradoxo de um mínimo maximizante, incompatível tanto com o legítimo interesse do trabalhador como com o superior interesse da economia nacional. E se torna um nefasto e perigoso fator de inflação”¹²⁶.

¹²¹ MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Op. Cit.** p. 22.

¹²² **Ibidem.** p. 16

¹²³ MOREIRA, Cássio. **Op. Cit.** p. 209.

¹²⁴ **Idem.**

¹²⁵ Correio do Povo. 06/02/1964. “Mínimo Maximizante” – Editorial.

¹²⁶ **Idem.**

No entanto, ainda que o aumento salarial gere maiores índices inflacionários, se configura como iniciativa impar para cumprir um dos objetivos do Plano Trienal que buscava:

- 1) Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional; 2) Reduzir progressivamente a pressão inflacionária; 3) Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com a taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.¹²⁷

Para o editorialista, o que o Brasil necessitava era uma dura política econômica de austeridade, para conter a inflação, pois, só assim seria possível garantir o real crescimento econômico “dentro do que é possível e razoável, sem delírios desenvolvimentistas nem grosseiras e criminosas demagogias”¹²⁸.

O *Correio do Povo* indica que apenas o abandono da posição fundamental do PTB garantiria o retorno ao crescimento, somente negando a premissa de firmar-se “como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira por métodos democráticos até onde for indispensável ao bem-estar do povo”¹²⁹.

Também nesse rumo, o editorial “Anti-inflação e tranquilização”, salienta que para superar esse momento “não adianta atacar efeitos com o paliativo de aumento nominal de salários”. Tecendo críticas à política estabelecida até o presente afirma que,

só se enfrenta com êxito através de uma programação e planejamento de profundidade e envergadura, e para o qual, uma vez adotado, preciso que se prepare devidamente o povo. Especialmente as massas, intoxicadas pelos venenos do marxismo e pela da demagogia e da agitação. Se, contudo, se dispusesse o Governo da União a verdadeiramente tomar o rumo da anti-inflação e da tranquilização do país, preliminarmente preparando o espírito do povo, não lhe seria decerto difícil o fazer. Bastaria que usasse das mesmas técnicas publicitárias que usou para antecipar, contra a letra expressa da Constituição, o plebiscito antiparlamentarista e o “não” maciço de 6 de janeiro de 1963. Essas mesmas técnicas de propaganda haveriam de levar as massas e as elites à devida compreensão da necessidade de um equânime regime de austeridade e dureza para salvar a Nação. O que não é admissível e suportável é a continuidade indefinida desses acenos a reformas, e dessas magias de formulas, de acomodação de esquerdas “positivas” ou “negativas”, enquanto nos sindicatos, nos quartéis e nas escolas prossegue a faina da desagregação e da “subversão”.¹³⁰

¹²⁷ MOREIRA, Cássio. **Op. Cit.** p. 7

¹²⁸ *Correio do Povo*. 06/02/1964. “**Mínimo Maximizante**” – Editorial.

¹²⁹ BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. **Op. Cit.** p. 145.

¹³⁰ *Correio do Povo*. 09/02/1964. “**Antiinflação e tranquilização**” – Editorial.

Com o avançar do mês de fevereiro, no editorial “Os economistas e a demagogia”, mais críticas são tecidas ao Executivo, sob o olhar de que “a melhor maneira de combater a demagogia é tornar acessível ao povo os problemas econômicos e não em cobri-los com o biombo da terminologia científica”¹³¹.

Finaliza-se esse subcapítulo com o entendimento que tem o *Correio do Povo* sobre seu papel na condução dos rumos da sociedade. Evidenciando seu papel opinativo e esclarecedor perante a conjuntura política e social do ano de 1964, o artigo em questão “Opinião pública livre e esclarecida” de S. D. Ramayana, manifesta sua indignação com a manchete de outro jornal que afirma: “as mais drásticas providencias podem ser conseguidas por movimento voluntários de uma opinião livre e esclarecida, quando a consulta é feita por um líder que merece a confiança e o respeito de seus concidadãos”.

A manchete se refere à Emenda Parlamentar de setembro de 1963 que deu fim, através de um plebiscito, ao curto regime parlamentarista brasileiro. No entanto, o que estava muito presente no início do mês de março era a “certeza” dentre os meios mais conservadores de que estávamos vivenciando um golpe, “que começou no dia em que o Sr. João Goulart se instalou no poder, graças a ação pacificadora do Ato adicional e declarou com este não se conformar, reclamando desde logo um plebiscito, para reaver a plenitude do poder, de que se dizia esbulhado”¹³². Nesse clima, Ramayana defende que,

Até parece que o autor do artigo, quando lhe saiu da pena essa frase lapidar tinha no subconsciente o caso brasileiro (...) pois, realmente, essas duas coisas nos têm faltado: opinião pública livre e esclarecida e homens capazes de captar a confiança e o respeito de seus concidadãos. Não pode haver opinião pública esclarecida num país em que três quartos da população se constitui de analfabetos. Do quarto que resta apenas a pequena minoria está à altura de compreender os negócios do Estado: seu modo de pensar, portanto, não pode ser considerada opinião pública. Homens que tenham merecido a confiança dessa escassa minoria, nós os podemos, dessa sorte, contar pelos dedos e ainda nos sobram dedos. O ceticismo reinante na minoria letrada propagou-se, porém, à massa da população que não pode por si mesma, compreender o que se passa nas altas camadas da política e da administração. O raciocínio diz ao grupo menor e o instinto ao maior, que nós andamos errados no passado, continuamos errados no presente e que não há esperança de mudança de rumo. Em demagogia boba e discursiva oca, a população, mesmo iletrada, já chegou ao ponto de saturação! O que todos esperam, de nariz no ar, nariz muito comprido, é que se faça algo de concreto, de realmente benéfico, alguma coisa que amenize as tremendas agruras da vida coletiva em todos os recantos do país.”¹³³

¹³¹ Correio do Povo. 18/02/1964. “**Economistas e demagogia**” - Editorial

¹³² Correio do Povo. 03/03/1964. Coluna Microscópio – “**O Golpe**”, Raul Pilla.

¹³³ Correio do Povo. 04/03/1964. “**Opinião pública livre e esclarecida**” – Artigo, S. D. de Ramayana.

A proposta apresentada aqui, baseou-se em retratar as estratégias do jornal *Correio do Povo*, que objetivaram deslegitimar o governo de João Goulart, conter as forças populares e auxiliar a garantia dos interesses multinacionais, fazendo parte de uma sincronizada mobilização (mais ampla e mais complexa) que progressivamente transformou estratégia em ação.

A conquista e a manutenção do poder político pela elite conservadora “não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime”, há um grande trabalho articulador que não cessou com a tomada do poder pelos militares “a elite orgânica tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos”¹³⁴.

2.2 O “comunoperonocastrismo” como inimigo

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), deu-se início ao período conhecido como Guerra Fria. Caracterizado pela rivalidade expressa na divisão do mundo em blocos de influência, de um lado o oriente (União Soviética) e de outro o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. A bipolaridade do sistema mundial, sob a égide ocidental trouxe como “estratégia a combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate às mazelas sociais dos países do Terceiro Mundo, principal motivo e atração do ideário comunista”¹³⁵.

Nesse sentido, os Estados Unidos financiaram inúmeras estratégias para o continente americano, a principal delas, a Aliança para o Progresso, que visava prover as nações de investimentos em troca de políticas que evitassem alternativas revolucionárias. O objetivo era barrar os índices de pobreza, e desse modo evitar os avanços dos ideais comunistas.

Como resultado dessa política externa estadunidense na América Latina e da lógica maniqueísta (bem X mal) que se suplantava, cada vez mais baseada na crença de uma ação indireta, porém constante do comunismo internacional contra o bloco

¹³⁴ DREIFUSS, René. **Op. Cit.** p. 229.

¹³⁵ SIMÕES, Ananda. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra do Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.- dez. 2009. p. 831-856. p. 836.

ocidental, configurou-se a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), embasada nos Estados Unidos, que buscou influenciar a “elite civil e militar brasileira a adotar seus princípios democrático-capitalistas e de segurança interna por meio de estratégias de contenção unilaterais e de cooperação técnica-econômica-militar”¹³⁶. Sobre esse tema, o *Correio do Povo* manifesta-se após o editorial “Subversão”, que denunciava o “Grupo dos 11” por estar “pelos mais diversos meios de expressão, a falar em revoluções”¹³⁷.

É, como se está vendo, mais uma comprovação de que, para o comunismo internacional está realmente planejada a comunização da América Latina – com o que afinam as agitações e movimentos ocorrentes entre nós e que contam com a colaboração de conhecidos “profiteus” e de energúmenos das chamadas “esquerdas nacionalistas”, as quais, embora não sendo declaradamente filiados ao bolchevismo indígena e até digam e jurem que não são comunistas, falam e procedem no entanto, como autênticos quintacolonistas marcovitas”¹³⁸.

Com a associação de segurança e desenvolvimento a DSN buscou formular conceitos amplos e imprecisos, no entanto, conforme Comblin¹³⁹ mesmo sem uma conceituação fixa, as definições sempre são contra o comunismo. A teoria que embasa a Doutrina é a de guerra revolucionária de tipo francesa¹⁴⁰, que se fundamenta nessa agressão indireta. Segundo ela, o inimigo ultrapassou os limites fronteiriços e, portanto, “o principal problema para o Estado, no combate a esta estratégia indireta do comunismo, consiste em que, potencialmente, o inimigo está em toda parte”¹⁴¹. Esse contexto agravou-se principalmente a partir principalmente da crise dos mísseis em Cuba em 1962 e o acirramento na corrida armamentista, causando uma maior preocupação com a infiltração de doutrinas estrangeiras. Como fica evidente no trecho abaixo,

Em oposição à ação comunista da Rússia, e agora, também da China e Cuba fidelista, estão o E. U. da América do Norte, reunidos a diversos países europeus e americanos, havendo na Ásia, Oceania e na África países neutros, alguns em processo de comunização que já se infiltrou na América, tendo em Cuba uma ponta de lança comunista encravada.¹⁴²

¹³⁶ STEPHAN, Claudia. **A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as Implicações para a Democracia no Brasil**. I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015. p. 10.

¹³⁷ *Correio do Povo*. 05/01/1964. “**Subversão**” – Editorial.

¹³⁸ *Correio do Povo*. 07/01/1964. “**Outras Cubas**”- Editorial.

¹³⁹ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

¹⁴⁰ Ver em BAUER, Carolina Silveira. **Op. Cit.**

¹⁴¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Op. Cit.**

¹⁴² *Correio do Povo*. 25/02/1964. “**A quem Deus quer perder, antes o dementa**” – Artigo, Dyonisio Marques.

Sendo a maior preocupação dos governantes, a segurança interna torna

O Estado de Segurança Nacional de ampla justificação para o controle e a repressão da população em geral. Pode-se mesmo dizer que fornece um incentivo moral, já que a rigorosa manutenção da Segurança Interna é missão comparável defesa do país da ocupação de um exército estrangeiro. Além disso, o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares. O próprio Estado de Segurança Nacional – e frequentemente seus setores mais intimamente ligados ao Aparato Repressivo – determina em última instancia que é o “inimigo interno” do país.¹⁴³

Nesse sentido, seguindo a proposição defendida nesta pesquisa, de que a imprensa opera como partido político e representante de classe, o jornal *Correio do Povo* atua na intenção de projetar seus interesses de classe para seus leitores. Será abordado no tópico, as impressões do periódico sobre a Aliança para o Progresso, no editorial “Fidelidade à Aliança”, que considera que, além “da ação multilateral e solidária”, a aliança, atua contra aqueles que “só se insurgem, teleguiados, os inimigos da democracia, os adeptos do totalitarismo vermelho [e] por burrice, os “inocentes úteis”, que seguem os demagogos e carreiristas”¹⁴⁴.

No período que concerne ao governo de João Goulart, sob a crise no projeto populista, juntamente a uma grande instabilidade política que agravava as condições da economia e um aumento nas mobilizações das classes trabalhadoras com fortes ideais de classe, os debates passaram a se relacionar mais com os problemas advindos da inflação e das reformas. As elites conservadoras e o clero acreditavam que o “desenvolvimento não era apenas uma questão de industrialização, mas que requeria transformações sociais e institucionais mais profundas para que se alcançasse um estágio econômico e social superior”¹⁴⁵.

Após afirmar que “todo mundo sabe, à farta, que o comunismo, com seu materialismo dialético, ateu e desumano, constitui o maior perigo para a civilização”, o Arcebispo de Brasília lembra que os problemas sociais estão – “no setor da habitação e do salário, da saúde e da instrução e que a fome, a nudez e a favela aí estão desafiando a todos”. Enquanto os comunistas querem resolver esses problemas erroneamente, resolvamo-los nós, cristãmente, à luz das maravilhosas encíclicas sociais de nosso tempo. E se os homens não quiserem mesmo resolver coisa alguma, tanto pior, porque só teremos agitação e subversão – conclui... não se pode ficar indiferente, pacificamente, ante a pregação subversiva, a demagogia, e a agitação.¹⁴⁶

¹⁴³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p.40

¹⁴⁴ Correio do Povo. 08/03/1964. “**Fidelidade à Aliança**” – Editorial.

¹⁴⁵ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 30: 151-175, 2006. p. 160

¹⁴⁶ Correio do Povo. 29/01/1964. “**Anticomunismo**” - Editorial.

Por isso, o *Correio do Povo* defendendo interesses das elites, assume a defesa da Aliança para o Progresso executando além de um ataque aos movimentos sociais que lutam pelas Reformas de Base e pelo nacionalismo, um parecer sobre valores. Como notamos abaixo.

Claro está, contudo, que através de pronúncias, gestos e, sobretudo, medidas concretas terá o governo de Washington ampla possibilidade de demonstrar, como de resto tem feito – e o temos assinalado, nessa coluna – sua fidelidade ao programa aliancista. Se o fizer, o resto ficará dependendo dos latino-americanos. De sua seriedade e eficiência na aplicação dos fundos e meios em geral. E da estabilidade política e econômico-financeira, contra a qual conspiram, nos seus sinistros desígnios, os extremistas, demagogos, agitadores e a ingenuidade das massas que por eles se deixam levar.¹⁴⁷

Outro recurso bastante utilizado para convencer o leitor do caminho que o Brasil estaria se aproximando, se dá a partir da expressa dissimulação de alguns fatos, afirmando que a Carta Magna, passaria então, “a constituir um obstáculo à ideia fixa de tomar conta permanentemente dos postos de mando do País, para submetê-los aos caprichos e às ambições de um grupo de audaciosos e demagógicos”¹⁴⁸. E ainda, com o mesmo objetivo de convencer traz apelos à moral e ao temor comunista.

O país começou a contemplar cenas que não constituem mais mero excesso de líderes sem compostura e sem respeito a si mesmos. A República não pode ter seu destino modelado segundo as maquinações de qualquer aventureiro. A democracia foi afrontada. Os que não viram os primeiros movimentos das tropas de assalto de Berlim: os que não conheceram os “balilas” do fascismo italiano ou não acompanharam a transformação do fidelismo na sangrenta nação dos muros de fuzilamento, talvez não hajam sentido toda a gravidade do que foram certos pronunciamentos do comício da Guanabara. Há contudo, muita semelhança entre certos fatos. E há – note-se bem- as emendas constitucionais pedidas ao Congresso, as quais, votadas que fossem, abririam largos e fáceis caminhos para um neoperonocastrismo, no Brasil.¹⁴⁹

A imprensa possui capacidade de criar ou de amenizar crises. Nesse contexto, aproveita-se do imaginário anticomunista, como oposição ao sistema, permitindo perceber as diversas formas apresentadas no jornal *Correio do Povo*. O anticomunismo, inúmeras vezes “define sua identidade distinguindo um não “nós” – os não comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas e podem ser dados

¹⁴⁷ *Correio do Povo*. 08/03/1964. “**Fidelidade à Aliança**” - Editorial.

¹⁴⁸ *Correio do Povo*. 17/03/1964. “**No rumo ao neoperonocastrismo**” – Editorial.

¹⁴⁹ **Idem**.

diferentes significados; em que opera o campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade”¹⁵⁰.

o trabalho é o ponto alto a respeito do qual surgem todas as discussões sobre a organização social moderna – dividindo o mundo em duas grandes esferas de ação – a do oriente e a do ocidente. A do oriente invadida pela ideologia comunista, conduzida com pulso forte, prepotente e absorvente da liberdade individual, é ateia e dá organização ditatorial à soberania estatal. A do Ocidente opondo-se, é animada pelo espírito da democracia operante, pela forma da união de esforços de homens livres, com fé em Deus, para manter-se e progredir, em coexistência pacífica com todas as nações da organização representativa de opiniões à soberania do Estado, por meio do voto eleitoral.¹⁵¹

Também era veiculado no jornal, o posicionamento de instituições já consagradas na sociedade, como a Igreja Católica e possibilitava por parte de alguns colaboradores a execução de uma “escrita militante” que se beneficiava da estrutura já existente, pois o discurso católico já possuía grande aceitação. A descoberta pela igreja da questão agrária no país, mas também das relações de trabalho pode ser utilizada como justificativa “dentro da ótica da necessidade de colaboração e harmonia entre as classes, combatendo, assim, as “ideologias exóticas” e contribuindo com o governo na regulamentação das relações entre patrões e empregados, dentro de um espírito corporativo”¹⁵².

Ainda nesta ótica de “escrita militante”, se faz necessário abordar um representante dessa linha, Gustavo Corção, que no período que se desencadeia o golpe civil-militar era um dos “líderes do movimento leigo católico e foi um dos mais atuantes apoiadores do regime militar na grande imprensa e nos meios católicos”¹⁵³. Valeu-se como já apontado acima, da retórica da “expiação aos culpados”¹⁵⁴ para legitimar sua veemência na fundamentação para o afastamento de João Goulart, bem como de sua veemência na definição de significados.

Nessa perspectiva, a democracia passa a ser um modo de viver e não mais um sistema representativo, torna-se um estilo ocidental, cristão e católico de viver e organizar a sociedade. Em sua construção argumentativa, utiliza fortemente teorias

¹⁵⁰ RODEGHERO. Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 21-22.

¹⁵¹ Correio do Povo. 25/02/1964. “**A quem Deus quer perder, antes o dementa**” – Artigo, Dyonisio Marques.

¹⁵² RODEGHERO. Carla Simone. **Op. Cit.** p.24

¹⁵³ PAULA, Christiane Jalles de. **Gustavo Corção: apóstolo da 'linha-dura'**. p. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100008 Acesso em - 01/02/2016.

¹⁵⁴ PAULA, Christiane Jalles de. **Ibidem.** p.4.

do anticomunismo, que na prática ditava quem eram os “bons” homens e definia os caminhos para aqueles que afrontavam os desígnios do catolicismo.

Nos seus textos é possível explorar diversos recursos argumentativos utilizados. Em primeira instância nota-se algo bastante comum nos editoriais, restabelecimento de definição para conceitos, onde busca reelaborar conceitos já instituídos como democracia, direitos e no caso analisado nesta pesquisa: conservadorismo e atuação progressista. Essa lógica procura tratar as ações do governo Jango como longe de progressista e assim desconstruir a relação criada pelo Executivo entre reforma e desenvolvimento, como será visto adiante.

A maior injustiça que nos fazem é a de dizer que somos conservadores, defensores do status quo. Inimigos das reformas de base. Ora, tanto eu quanto todos os amigos, que, sem escrever nos jornais pensam e querem o que penso e quero, estamos muito longe de tão sumária definição. Não somos conservadores, e até, sob diversos ângulos, podemos provar que somos mais revolucionários do que a Nova Classe de nossos marítimos.¹⁵⁵

Nesse sentido, Corção, no intuito de provar que também é um progressista, revolucionário e defensor das reformas, traz a luz algumas perguntas. Qual será o sinal demonstrativo do verdadeiro reformador social? Como se conhece, como se destaca da massa mais ou menos indiferente o indivíduo ardorosamente reformador?

Tem se reconhecido por uma especial aversão às reformas de outras tendências. Se lhe faltar essa boa agressividade, ou essa boa irascibilidade, podemos garantir que lhe falta também um verdadeiro amor pela verdadeira reforma. Nós temos visto, para tristeza de nossos dias, muita mistura rotulada com nome bonitos. A falta de virilidade dos católicos passou a ser qualidade, e a tolerância que chega à mais degradada complacência se chama “diálogo”, quando é evidente, evidentíssimo, que deviam eles, os católicos, aparecer no mundo como a forte raça de homens que exige definições precisas antes de aderir e que só adere quando a causa se enquadra em sua doutrina e em seu bom combate. Na verdade, esses católicos que aceitam sem maior exame as reformas do dr. João Goulart, só para não parecerem anti-reformistas é que são conservadores. Conservam a grande tendência de seguir a onda, de não reagir, de não desejar asperamente e valentemente uma perfeição.¹⁵⁶

A fundamentação de Corção, baseia-se nos princípios da Social Democracia Cristã, que buscava de modo geral, um contraponto frente as ideias do liberalismo e do comunismo em voga no período, “era a “Terceira Via” da Democracia Cristã, uma espécie de corpo doutrinário-ideológico, inspirados nos ensinamentos da Doutrina

¹⁵⁵ Correio do Povo. 09/02/1964. “Reformas de Base” – Artigo, Gustavo Corção.

¹⁵⁶ **Idem.**

Social da Igreja e portador de soluções políticas distintas das oferecidas pelo liberalismo individualista e pelo comunismo coletivista”¹⁵⁷.

Defendendo a democracia baseada nos ensinamentos cristãos, Corção entende que “o verdadeiro reformista cristão que desejaria ver funcionando no mundo uma nova cristandade, nas bases por exemplo, do ideal histórico formulado por Jacques Maritain” deve ter a certeza que a doutrina oferecida se encaixa em seus princípios católicos.

Gustavo Corção faz crer que os ideais da Igreja Católica são o bastião da ordem e que a defesa da civilização cristã ocidental depende da eficiência da luta contra o comunismo e outras vertentes que buscam apregoar uma “falsa conscientização”. Sobre o presidente João Goulart tece mais críticas “diz que é amigo do povo, diz que o povo não tem outro protetor, tal e qual costumam fazer os agentes das “*träte des blanches*”^{158”}¹⁵⁹.

Nessa luta contra o comunismo, afirma que os católicos pelo Brasil necessitam perceber que no que tange a esfera pública “os governos estão entregues a exploradores do povo [...] que lançam no ar fórmulas de sublime nacionalismo, chego a ter assomos revolucionários”¹⁶⁰ e desse modo, como raça de homens fortes que representam, devem cuidadosamente perceber se as doutrinas se enquadram bem nos princípios ensinados.

Essas ideias demonstram a constante busca de legitimidade utilizando o imaginário do “perigo comunista”. Além da eminente ameaça de instauração do “neoperonocastrismo”, um neologismo, mas que representou o grande medo presente na sociedade do período. O termo evidenciou uma realidade, o conflito embalado pela Guerra Fria, que polarizou Ocidente e Oriente. Os discursos veiculados no jornal *Correio do Povo* caminharam progressivamente para legitimar como realidade os avanços dos perigos soviéticos na América, de modo que, as figuras que mais aglomeraram a “culpa” pela subversão foram Fidel Castro e João Goulart. O primeiro por subverter a ordem, pelas armas e derrubar um governo fortemente ligado aos Estados Unidos e o segundo pelo seu grande apelo popular e nacionalismo.

¹⁵⁷ BUSETO. Áureo. **A democracia cristã no Brasil**: princípios e práticas. São Paulo: UNESP, 2002. p. 15.

¹⁵⁸ A expressão diz respeito as mulheres europeias que vivem em condições de escravidão.

¹⁵⁹ *Correio do Povo*. 09/02/1964. “**Reformas de Base**” – Artigo, Gustavo Corção.

¹⁶⁰ **Idem**.

Esse temor foi um dos principais norteadores das políticas estabelecidas posteriormente ao golpe civil-militar. Seguindo a lógica de que “antes de tomar o aparelho de estado, uma cidadela vazia para [Gramsci], fundamental era se construir a hegemonia na sociedade, ocupando postos de luta importantes e produzindo um novo conjunto de valores”¹⁶¹, para assim consolidar na sociedade uma cultura de entendimento e apoio frente aos futuros acontecimentos.

2.3 A construção da mobilização: O processo de legitimação

Entre os momentos mais conflituosos que antecedem o golpe civil-militar brasileiro, situa-se o Comício na Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Com propostas antagônicas, cada um representou interesses de classe bastante diversos e por isso constituem parte integrante desta pesquisa. O seu desenrolar auxilia-nos a compreender o que estava em jogo no período e o jornal *Correio do Povo* oferece a riqueza das disputas.

Ambas as organizações evidenciadas aqui, dão o tom das articulações dos grupos antagônicos que representam, o Comício da Central do Brasil, que aglomerou sindicatos, ligas camponesas, estudantes e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizadas com auxílio da Campanha da Mulher de Democracia (CAMDE), da União Cívica Feminina entre outras entidades que recebiam apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Além de contar com a participação do IPES na idealização e financiamento da marcha, a data da manifestação foi marcada segundo os preceitos do catolicismo, “19 de março, dia de São José, padroeiro da família e da Igreja Universal”¹⁶².

Já no começo dos anos 1960, o Brasil encontrava-se envolto em um quadro de efervescência, primeiramente, devido à crise do modelo econômico inaugurado em meados dos anos 50, em conjunto a uma crise do sistema político, o populismo. De modo que, a impossibilidade de conter os avanços dos movimentos populares,

¹⁶¹ SANTANA, Marco Aurélio. Visões de dominação. LPH – **Revista de História**, UFOP, n. 7, p. 219-230, 2007. p. 224.

¹⁶² PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In.: **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P -71-96. p.77.

principalmente a organização sindical e a forte influência dos temores da Guerra Fria, em nosso continente representado pela Revolução Cubana revelou um quadro que pode ser definido de acordo com Gramsci como uma “crise orgânica”.

Essa condição surge quando as classes subalternas organizadas disputam a hegemonia com a classe dominante. Dois projetos distintos de nação em disputa, de um lado o “aprofundamento do modelo de dependência associado ao capital internacional e alinhado geopoliticamente aos EUA, que implicava num regime de força, [e do outro] uma democracia mais ampliada, com uma agenda de reformas estruturais”¹⁶³.

No ano de 1963, as tensões elevaram-se quando no dia 12 de setembro, militares realizam um levante motivado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos, cabos e suboficiais para órgão do Poder Legislativo. No entanto, “em toda a história do Estado brasileiro, tal restrição nunca fora feita aos oficiais militares, que desde sempre participaram do processo político”¹⁶⁴.

Os ânimos foram ainda agravados após declaração do político Carlos Lacerda “que os militares brasileiros já estavam discutindo se tutelavam ou derrubavam imediatamente o governo Goulart”. Partindo dessa ameaça surge a “proposta de que ele deveria pedir ao Congresso o estado de sítio, cujo objetivo era intervir na Guanabara e prender Lacerda”¹⁶⁵. Contudo, o plano malogrou e o episódio deixou o presidente desmoralizado

Com o desfecho do episódio, o presidente ficou duplamente desmoralizado, política e militarmente. Para alguns setores da burguesia que ainda o apoiavam, e que buscavam ter com ele o controle das classes subalternas, Goulart aparecia como impotente. Hostilizado tanto pela esquerda – frustrada com suas recorrentes tentativas de conciliação, expressas nas sucessivas composições de seu governo – como pela direita – interessada desde o início em pôr um fim na “baderna” –, Jango viu-se isolado politicamente. Não lhe restou alternativa senão a reconciliação com suas bases mais à esquerda. Goulart buscou apoio na classe trabalhadora. E, assim como seu padrinho político, ele sofreria as consequências desta opção com uma verdadeira “insurreição das classes dominantes”¹⁶⁶

Nesse sentido, evidencia-se o posicionamento do jornal *Correio do Povo*, como representante das classes dominantes no Rio Grande do Sul, com intuito de

¹⁶³ MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014. p. 12.

¹⁶⁴ **Ibidem**. p.14.

¹⁶⁵ **Ibidem**. p.15.

¹⁶⁶ MELO, Demian Bezerra de. **Op. Cit.** p.15.

compreender os posicionamentos assumidos perante o Comício da Central do Brasil. Expressando o sentido que o dia 13 de março representava, Breno Caldas tece alguns comentários no artigo “ Sexta-feira 13”.

Eis-nos chegado o tão esperado dia 13. No tempo de nossas vovós, sexta-feira, treze, era dia em que a gente em nada empreendia, aguardávamos com ansiedade, minuto a minuto, o despontar do sábado como nova aleluia dissipadora de ameaças e aflições. Era como se desgraças e amarguras, que flutuavam no éter, estivessem para cair sobre as cabeças, ou prestes a fulminar e paralisar os corações, enquanto os ponteiros, justapostos, sobre o XII solene da “pêndula”, não anunciassem estarem conjurados completamente os perigos até aquele instante, sempre iminentes.¹⁶⁷

O autor apresenta as superstições que rondam a data e embora reconheça que no momento tais crenças não possuem mais validade e que “foi quebrado o tabu, e como o resto, velhas estruturas vão cedendo ao aríete vigoroso e irresistível dos reformadores, que em marradas valentes, tudo reduzem a escombros, iluminados pelos rubros clarões do Leste”¹⁶⁸.

Embora, claramente Breno Caldas tenha evidenciado que não, aquele dia não representa os temores dos tempos de seus avós, o clima que pairava sob o dia 13 era este. E mesmo com a linha de “neutralidade” assumida pelo *Correio do Povo*, a orientação assumida nesse artigo é evidente. Primeiramente com a afirmação de os reformadores (João Goulart) com cabeçadas tudo reduzem a escombros e este, iluminado pelos rubros clarões do Leste.

No discurso do dia 13, João Goulart anuncia que havia acabado de assinar o decreto da SUPRA e que “ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido, ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado, mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”¹⁶⁹. Contudo, as ações do Executivo com a realização do comício eram vistas como “novo estilo de conduzir os negócios da República com o intuito apenas de agitar temas explosivos, com risco de estimular violência e ensaios de perturbação da ordem”¹⁷⁰. E evidenciando que,

Uma coisa, porém, é admitir a necessidade das reformas e querer sinceramente realizá-las, dentro do factível e do razoável sem engodos nem embustes, e outra, muito diferente como a noite do dia – apregoar e vociferar reformas, arrendar sobre reformas na praça pública, convocar

¹⁶⁷ Correio do Povo. 13/03/1964. “**Sexta-feira 13**” – Artigo, Breno Caldas.

¹⁶⁸ **Idem**.

¹⁶⁹ **Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964**, na Central do Brasil, Rio de Janeiro.

¹⁷⁰ Correio do Povo. 15/03/1964. “**Reformismo de praça pública**” – Editorial.

assessoramento de comunas e “pelegos”, formar “grupos dos onze”, aliciar camponeses e marginais para a invasões de terras e expedir decretos sobre decretos, de discutível, problemática, remota possibilidade de efetivos e eficazes resultados com referência aos supostos fins generosos a que se endereçam, na letra de seus artigos e parágrafos.¹⁷¹

A classe dos produtores também se manifestou a respeito do comício, a partir do texto intitulado “Dois comícios”, relata que, “enquanto a “reforma agrária” tem seu advento saudado por tanto estardalhaço e é feita com a exploração das frustrações e desencantos populares, o ruralismo gaúcho, no que tem de mais tradicional, digno e produtor, dava através da Concentração de Caçapava”¹⁷².

Afirmava ainda, que os integrantes da Concentração de Caçapava permanecerão junto à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) “irredutíveis na defesa dos supremos interesses na Nação, só aceitando reformas legalmente estabelecidas e que não atentem contra as nossas instituições democráticas e a ordem jurídica que delas dimana”¹⁷³.

A FARSUL congregou grande parte das classes produtoras e foi protagonista “na defesa dos interesses políticos do bloco liberal-conservador, no embate contra os projetos de reformas sociais”¹⁷⁴, possuindo grande representatividade entre seus associados, de modo que trabalhavam no intuito de defender a todo custo a grande propriedade e o programa ideológico ruralista, sempre mantendo vínculos com empresas jornalísticas e partidos políticos conservadores. Realizando críticas aos programas de reformas sociais propostos por João Goulart e disseminando o discurso anticomunista. Essa entidade representou a “vanguarda política” das classes produtoras, efetivando, juntamente a outros grupos, um projeto hegemônico em defesa de interesses de classe¹⁷⁵.

Para os proprietários de terras, o Comício do dia 13 era aguardado como uma sombra subversiva e demagógica, em vista das anunciadas invasões de terras que aconteceriam. O editorial “Invasão de terras”, assume esse sentido, e caminha a fim de assegurar a ordem e os interesses dos produtores em garantir “que nenhuma reforma agrária honestamente poderá consistir em sumárias e indiscriminadas

¹⁷¹ **Idem.**

¹⁷² Correio do Povo. 17/03/1964. “Dois comícios” – Editorial.

¹⁷³ **Idem.**

¹⁷⁴ LAMEIRA. Rafael Fantinel. **O golpe civil militar de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora.** 248 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. p.26.

¹⁷⁵ LAMEIRA. Rafael Fantinel. **Op. Cit.**

desapropriações para entregar terras a quem não esteja capacitado e aparelhado para cultivá-las”¹⁷⁶.

Todo esse receio, no entanto, não condizia com a realidade. Conforme pondera Lameira, não existia “nenhuma evidencia, nem mesmo declarações que indicassem a intenção de ocupar propriedades”¹⁷⁷. Porém, as denúncias já haviam sido feitas e a campanha de desestabilização do governo João Goulart caminhava cada dia mais para um caos institucional.

O importante é que os titulares das altas hierarquias tenham energia, decisão e pertinácia bastante para libertarem das imposições, dos acenos de grupos e das maquinações de falsos amigos, e saibam conduzir a nau com patriotismo verdadeiro e com firmeza constante. O Brasil é um país com vocação para as mais amplas projeções. É fundamental, superar a intranquilidade e a perplexidade e reconquistar a confiança plena, sadia, renovadora. A confiança que inspira os grandes cometimentos. A confiança que garante o surto das iniciativas fecundas e criadoras. A confiança que afasta os impostores e os aventureiros e acolhe os espíritos efetivamente empenhados em contribuir para a grande obra do desenvolvimento nacional, obra que não pode vir da agitação manipulada, mas do trabalho perseverante, honesto e sério.¹⁷⁸

A FARSUL trabalhava com a intenção de estabelecer diretrizes para a atuação de grupos ruralistas. Tais como: protestar contra as invasões de terras e manter-se solidário a outros Estados que enfrentam esse problema, examinar o decreto da SUPRA e evidenciar a solidariedade do Governador Ildo Meneghetti, pelas ponderações pela legítima propriedade de terra¹⁷⁹.

Essas diretrizes acompanham a atuação da entidade, principalmente no período que antecede o golpe civil-militar, pois há uma intensificação nos embates políticos e nas denúncias de subversão com participação ou conivência do presidente João Goulart. As campanhas da entidade manifestam-se no jornal *Correio do Povo* com apoio e alinhamento político, mas notamos também elogios ao governo do Estado que inúmeras vezes se manifestou contrário ao decreto da Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA.

Nesse sentido, um exemplo das diretrizes tomadas pelas classes produtores está no editorial “Invasão de terras” do dia 07 de março de 1964. Nele consta a defesa dos esforços e da preocupação do chefe do Executivo do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, tendo em vista o resguardo da ordem jurídica e material. O governador

¹⁷⁶ Correio do Povo. 07/03/1964. “**Invasão de terras**” – Editorial.

¹⁷⁷ LAMEIRA. Rafael Fantinel. **Op. Cit.** p.147.

¹⁷⁸ Correio do Povo. 13/03/1964. “**Intranquilidade e retração**” – Editorial.

¹⁷⁹ LAMEIRA. Rafael Fantinel. **Op. Cit.**

evidencia sua preocupação, “ante os rumores de que elementos irresponsáveis, com propósitos demagógicos, pretendem desvirtuar o objetivo do decreto de desapropriação elaborado pela SUPRA e cuja promulgação se anuncia para o dia 13 do corrente”¹⁸⁰. E declarou também:

1º) que a simples promulgação do decreto, declarando de utilidade pública ou de interesse social as terras à margem das rodovias, ferrovias e açudes federais não autoriza a invasão ou a ocupação dessas terras; 2º) que a desapropriação só se torna efetiva mediante acordo ou decisão judicial; 3º) que, nessas condições, fiel aos dispositivos das Constituições Federal e Estadual não permitirá qualquer perturbação da ordem que vise alterar a tranquilidade do Estado, advertindo que, empregará se necessário for, todos os meios a seu alcance, para conter qualquer violência ou tentativa de invasão de terras do domínio privado.¹⁸¹

Para João Goulart, a reforma agrária representava nesse momento uma possibilidade de elevação na produtividade agrícola, que poderia acompanhar o processo de industrialização que sempre foi priorizado pelo Executivo. No entanto, a agricultura possuía grande importância para atingir os objetivos de industrialização, “em primeiro lugar, a agricultura deveria disponibilizar mão de obra para as atividades industriais (...) e caberia a ela a tarefa de suprir os centros urbanos”, bem como, “gerar produção excedente para a exportação (...) e propiciar recursos financeiros para a compra no exterior de equipamentos e matérias-primas para a indústria nacional”¹⁸². Além de todas estas funções a “formação de excedentes contribuiria para a estabilização dos preços dos alimentos e para a contenção do processo inflacionário”¹⁸³.

Mesmo com toda fundamentação política e econômica do plano de governo de João Goulart, o editorial “Invasão de terras” não nega a necessidade da realização de extensas e profundas reformas, porém, a partir de declarações de Meneghetti, afirma que deve começar “pelos homens, pelos costumes, pelos processos políticos, através de um expurgo saneador, que afastasse dos postos de governo, os aventureiros ignorantes e sem escrúpulos, mas labiosos e solertes, e que iludem as massas com a realeza de suas algaravias de nacionalismos e espoliações.”¹⁸⁴

¹⁸⁰ Correio do Povo. 07/03/1964. “**Invasão de Terras**” – Editorial.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² MOREIRA. Cássio Silva. **Op. Cit.** p. 280.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Correio do Povo. 07/03/1964. “**Invasão de Terras**” - Editorial.

Na lógica conservadora a única solução apresentada pelo editorialista é a saída desses homens ignorantes, porque se fossem “outras as circunstâncias, isto é, não atravessasse o país a conjuntura demagógico-subversiva que está atravessando, e a nota, certamente seria desnecessária. Porque ninguém se abalançaria à prática da ilegalidade e violência temida”¹⁸⁵. Além do expurgo dos legisladores, o editorial aponta outra saída para superar a crise, mantendo a tradição das elites, a opção é “conter-se o processo inflacionário e explicar-se ao povo a necessidade de aceitar todos os sacrifícios e dificuldades resultantes das medidas para tanto imprescindíveis ao mesmo tempo em que se prosseguissem no afã do desenvolvimento”¹⁸⁶.

Nessa lógica, os “agitadores” (Governo Federal aliado a trabalhadores rurais e urbanos) seriam os responsáveis por conduzir um plano a nível nacional, com objetivo de comunizar o Brasil e, portanto, deveriam “pagar a conta”. As forças conservadoras com o intuito de manter as relações sociais estagnadas tornaram o ato de luta por direitos uma ameaça à ordem.

O Comício na Central do Brasil consistiu numa “tentativa de reaproximação das massas, que se encontravam cada vez mais descrentes de seu governo” também buscava “unir suas bases, que se chocavam mais violentamente a cada dia”¹⁸⁷. Em seu discurso, Jango combatia aqueles que utilizavam a doutrina da Igreja para justificar as desigualdades,

É dentro desta autêntica doutrina cristã que o governo brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente a que diz respeito à nossa realidade agrária. O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados.¹⁸⁸

Em contraponto, enquanto João Goulart garantia seus compromissos com as Reformas, inúmeras famílias da zona sul do Rio de Janeiro acendiam velas pelo afastamento dos intentos comunistas no Brasil. Em resposta, o presidente João Goulart proferiu algumas críticas aos que “exploram os sentimentos cristãos do povo na mistificação de um anticomunismo”¹⁸⁹. Segundo Presot, as críticas realizadas durante o Comício bastaram para estimular a organização da Marcha da Família.

¹⁸⁵ **Idem.**

¹⁸⁶ **Idem.**

¹⁸⁷ PRESOT, Aline. **Op. Cit.** p.76.

¹⁸⁸ **Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964**, na Central do Brasil, Rio de Janeiro.

¹⁸⁹ Ver. PRESOT, Aline. **Op. Cit.**

A Marcha contou com o amplo financiamento do IPES, além de possuir uma ligação com grupos femininos envolvidos na organização, o que facilitou a ampla divulgação. Seus organizadores contavam com um número que pudesse superar os duzentos mil reunidos na Central do Brasil, mas acabou surpreendendo até os mais otimistas, reunindo cerca de quinhentas mil pessoas.

Seu caráter cívico e religioso “destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso, manifestando total repúdio ao comunismo ateu internacional”¹⁹⁰.

Se no dia 19 de março no Rio de Janeiro, a Marcha da Família funcionou como um pedido às Forças Armadas pela intervenção nos rumos da política no Brasil, em Porto Alegre assumiu um significado diferenciado. A partir do golpe civil-militar as Marchas que se sucederam pretendiam demonstrar a popularidade do movimento que depôs o presidente João Goulart.

No editorial “Com Deus, pela Liberdade”, o jornal *Correio do Povo* convida a todos para que, “terça feira, 7 de abril – fique decidido hoje – ninguém deve ficar em casa. A palavra de ordem é ir para a praça pública e erguer o coração para Deus, pela Pátria, pela Família e pela Democracia”¹⁹¹. Justificando que,

Hoje, milênios volvidos, desgraçadamente, ao Evangelho do Amor faz-se suceder o Evangelho do Ódio. De luta de classes. Ao da Verdade, e da Mentira. Aventureiros e energúmenos, arrastando papalvos e aproveitadores, atiram-se mundialmente, à empresa de conquista do poder totalitário, de base materialista e ateia, para o qual acenam às massas ingênuas e incautas como sendo o construtor do paraíso terreal da sociedade sem classes, da dignificação do homem pela universalização do trabalho, com a extirpação de todos os privilégios, mas que, na realidade, é o inferno da supressão de todas as liberdades e a ereção de uma “nova classe” – aquela que definiu Milovam Djillas – escravizadora de toda a sociedade, a começar pelo próprio operário e pelo próprio camponês.¹⁹²

Voltado às classes médias urbanas, tornando suas demandas “como ponto de referência para a identificação da legítima expressão popular. Em contraste, o apoio popular das classes trabalhadoras ao governo era representado como resultado do incitamento subversivo”¹⁹³, apela ainda para o sentimento católico: “Cristo não padeceu na Cruz para que nós abdicássemos de nossa dignidade humana” e ainda,

¹⁹⁰ PRESOT, Aline. *Ibidem*. p.79.

¹⁹¹ Correio do Povo. 27/03/1964. “**Com Deus, pela Liberdade**” – Editorial.

¹⁹² Correio do Povo. 27/03/1964. “**Com Deus, pela Liberdade**” – Editorial.

¹⁹³ DREIFUSS. *Op. Cit.* p. 291.

que a reflexão na sexta-feira da Paixão “deve servir para que nós, gaúchos, nos identifiquemos, pela meditação, com a Marcha”¹⁹⁴.

A Marcha representou uma parcela da sociedade, envolvida no programa de desestabilização de João Goulart, essa “mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES”¹⁹⁵.

O fomento do jornal *Correio do Povo* dos valores católicos, conservadores e do que considerava democrático o permitiu fecundar no tecido social as bases para fixação da ditadura civil-militar que se instauraria e nesse sentido estabelecer nas Forças Armadas a referência para a salvação nacional como será visto no capítulo a seguir.

¹⁹⁴ Correio do Povo. 27/03/1964. “**Com Deus, pela Liberdade**” – Editorial.

¹⁹⁵ DREIFUSS. **Op. Cit.** p. 291

3 APONTAMENTOS PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS

Nesse último capítulo, delinea-se o caminho percorrido desde o início da ditadura civil-militar. Para perceber como o jornal *Correio do Povo* construiu um discurso no intuito de exaltar a integridade das Forças Armadas, que ao cumprir com seu “destino manifesto” contou com o amplo apoio da sociedade.

Também se discute a respeito da nova ordem que se estabeleceu, e quais recursos foram utilizados para apoiar o projeto de governo militar, que progressivamente aglutinou os méritos e as responsabilidades na figura do primeiro general presidente Carlos de Alencar Castelo Branco.

3.1 As Forças Armadas: “Destino Manifesto”

Com o início da ditadura civil-militar, as estruturas políticas, econômicas e sociais sofrem alterações, notadamente representada pelo declínio da democracia populista. Com o objetivo de reprimir os avanços das lutas dos movimentos sociais em prol das Reformas de Base e conter as ameaças ao regime democrático burguês, que de acordo com setores mais conservadores da sociedade estava ameaçado em vista da crescente participação política dos trabalhadores nos rumos do Brasil, se estabelece uma vasta campanha a fim de garantir consenso para o governo que se instaurava a partir da “vitória da revolução”.

Como salientou-se nos capítulos anteriores, o jornal *Correio do Povo* apoiado aos ideais de grupos civis como Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), realizou uma ampla campanha que buscou deslegitimar o governo e o presidente João Goulart. As ações alinhadas a um movimento político e social maior, que aglutinou setores conservadores da sociedade “em nome de um projeto político baseado nas formulações da Doutrina de Segurança

Nacional”¹⁹⁶ e também na sua ampla relação com o contexto internacional “de radicalização política da Guerra Fria”¹⁹⁷. Nesse sentido, após o sucesso em retirar do poder o presidente João Goulart era necessário buscar o estabelecimento de consenso para o período que se projetava.

Sabendo que a ditadura civil-militar foi baseada na Doutrina de Segurança Nacional e que sua amplitude conceitual foi usada como justificativa para a atuação, ultrapassando os limites democráticos, desde que, se cumpram os objetivos e garantir da segurança nacional. O jornal *Correio do Povo* também explora a abrangência dos conceitos nos textos aqui apresentados.

O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível.¹⁹⁸

No início do mês de abril, a situação era vista como pré-revolucionária ou de guerra civil, devido à radicalização entre os dois setores em disputa. O discurso realizado por Jango aos sargentos no dia 30 de março foi considerado subversivo, o ato de anistiar os sublevados¹⁹⁹ foi interpretado como afronta à hierarquia. Jango acusa as forças opositoras de “em nome da disciplina, se estão praticando as maiores indisciplinas, que não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem”²⁰⁰.

Sucessivamente, parte de Minas Gerais, sob o comando do General Mourão Filho e com apoio do governador Magalhães Pinto o movimento golpista. O movimento logo encontrou apoio em São Paulo, na figura do comandante do II Exército Amauri Kruehl, segundo ele, a ação se dava para garantir a "preservação da liberdade e da democracia, contra a conspiração comunista"²⁰¹.

¹⁹⁶ PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 33-50 p. 34.

¹⁹⁷ **Idem.**

¹⁹⁸ COMBLIN, Joseph. **Op. Cit.** p. 55.

¹⁹⁹ Ver. KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Op. Cit.**

²⁰⁰ **Discurso de João Goulart durante reunião de sargentos no automóvel clube em 30 de março de 1964.** Disponível em: http://www.ebc.com.br/sites/portalebc2014/files/atoms/files/discurso_jango.pdf Acesso em: 07/03/2016.

²⁰¹ KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Op. Cit.**

No intuito de conter o movimento golpista, João Goulart nomeia o general Ladário Pereira Telles para assumir o III Exército, a ideia era, a partir do Rio Grande do Sul - berço do legalismo, restabelecer a Campanha da Legalidade, e barrar o avanço golpista. Ao chegar em Porto Alegre o general aclamou às Forças Armadas sobre a necessidade de manter e defender a ordem legal. No entanto, o governador do Estado Ildo Meneghetti, rapidamente declara-se defensor do movimento golpista e solicita por decreto as emissoras de rádio, exatamente com intenção de barrar o estabelecimento de uma nova Campanha da Legalidade.

O *Correio do Povo*, nesse contexto, publica o editorial “Hora da decisão”. Nele, alerta a população para o “caos geral” que está instalado “quando as instituições são inexplicavelmente afrontadas e, com elas a sobrevivência da Nação, atingidas pela desordem e pela indisciplina, pela mais franca e declarada subversão”²⁰². Duas questões podemos observar sobre o trecho do editorial, primeiramente a ideia de caos, que levanta a suspeita de ser um clima criado pelo jornal para representar a situação impar vivenciada, como ápice das virtudes militares em contraposição ao comunismo que subverte a ordem. O segundo ponto, diz respeito à data do texto publicado, que já em tom de comemoração celebra a ação militar, mesmo que, no dia primeiro de abril, o Presidente João Goulart ainda estivesse presente no Brasil

O almirantado, o Clube Naval e o Clube Militar responsáveis pela expressão do pensamento das Forças Armadas, sempre tão reservados e prudentes, foram forçados a se pronunciar perante a Nação, através de notas que definem a gravidade do momento, protestam contra a indisciplina e repelem o comunismo que a alimenta e que não mais pode passar despercebido para as parcelas populares acaso iludidas até aqui, presas de um minoria atrevidamente atuante, mas de nenhuma expressão em face do povo brasileiro, que quer, antes e acima de tudo, o restabelecimento, em sua plenitude, de ordem constitucional e do revigoramento das instituições democráticas, autenticamente.²⁰³

Ainda no dia primeiro de abril, um grande número de pessoas se encaminhou para a Praça Matriz, no intuito de “depor o governador e entregar o governo a Leonel Brizola”, nesse clima tenso, Brizola de posse de rádios gaúchas, “a Cadeia da Legalidade foi reeditada, divulgando notas e proclamações de entidades, conclamando o povo à resistência contra o “golpe dos gorilas””²⁰⁴. O governador Meneguetti percebendo que havia fracassado na tentativa de evitar o uso das rádios

²⁰² Correio do Povo, 01/04/1964. “**Hora da decisão**” – Editorial.

²⁰³ Correio do Povo. 01/04/1964. “**Hora da decisão**” – Editorial.

²⁰⁴ PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. **Op. Cit.** p. 46.

em movimento pró-Jango, transfere a sede do governo para Passo Fundo, de onde só retorna após a vitória da intervenção golpista.

Apesar do grande apoio de parcela de civis e militares para a manutenção da resistência de João Goulart, a partir da possibilidade de uma guerra civil e de um grande derramamento de sangue, Jango decide se afastar do cenário político. Nesse sentido, o jornal *Correio do Povo* também manifesta esse temor; de acordo com o editorial, o mês se inicia com o silêncio nas oficinas, fazendas e fábricas, para que a população marche, mas não para comemorar a data do Dia do Trabalhador, “marcham para a tomada de posições num conflito entre irmãos, epílogo de situações extremadas, que foram gerando uma atmosfera densa e hostil, na qual se vinham fazendo dia a dia mais sombrios prognósticos”²⁰⁵.

Segundo o editorial, é nessa conjuntura que surgem aqueles que terão condições de encaminhar o país para o progresso e afastar daqueles que apenas aliados à demagogia, buscam vender o bem-estar da população em troca de seus interesses pessoais. Afirma ainda que no “instante em que os problemas deixam de ter feição exclusivamente técnica ou administrativa, para se tornarem extremamente ideológicos, suas dificuldades se multiplicam”²⁰⁶. Desse modo,

é precisamente em tais circunstâncias que surgem os líderes de alta categoria, de homens fadados para um papel fundamental, os homens a quem a História reservará um lugar. Quando a Pátria vê seus soldados a tomarem posição em campos opostos, seus filhos a se dividirem e ameaçarem, faz-se imperioso que surja essa palavra de patriotismo, lucidez e de bom senso, a fim de que a Nação não venha a afundar, numa quadra em que os povos procuram agigantar-se pelo trabalho e pela prosperidade, e não pela demagogia, pela agitação e pela sementeira do ódio.²⁰⁷

As Forças Armadas brasileiras sempre possuíram papel de relevância na política nacional. O jornal *Correio do Povo* utilizou dessa relevância para evidenciar a ação de derrubada do governo democrático, como uma manifestação dos interesses irreconciliáveis. De acordo com jornal, os “revolucionários” em “intima comunhão como o povo brasileiro, e que por um milagre de inteligência, decisão e eficiência, trouxeram-nos à volta do regime democrático”²⁰⁸ em oposição ao “perigo, que

²⁰⁵ Correio do Povo. 02/04/1964. “**Pátria alanceada**” – Editorial.

²⁰⁶ Correio do Povo. 02/04/1964. “**Pátria alanceada**” – Editorial.

²⁰⁷ **Idem.**

²⁰⁸ Correio do Povo. 04/04/1964. “**Reconstrução Nacional**” – Editorial.

representaria o caos, a abdicação da própria soberania nacional, de envolta com o desmantelamento da unidade pátria”²⁰⁹.

A ideia de as Forças Armadas brasileiras estarem cumprindo seu destino manifesto está bastante presente nos artigos e editoriais analisados. Utilizando os recursos argumentativos que evidenciam os interesses de classe que defendem, bem como, o público leitor a que se dirigem. Mario de Almeida Lima, autor do artigo “Não frustrar a Revolução”, aponta nesse sentido, visto que, apenas a partir da intervenção militar haverá quem “governe como os olhos voltados para o povo, sem a participação de reacionários e demagogos e que leve a efeito as modificações substanciais que a realidade brasileira reclama e que Jango atrasou e distorceu, com a sua incontrolável demagogia.”²¹⁰

“Inconspicivelmente democrático” é a definição encontrada para as Forças Armadas no editorial “Reconstrução nacional”²¹¹, a justificativa para esse entendimento dentro do jornal *Correio do Povo* pode ser explicada na própria ideologia das Forças Armadas, que paulatinamente foi projetada para as camadas civis da sociedade. Primeiramente a partir da crença, conhecida desde Benjamim Constant e que se espalhou entre os oficiais do Exército brasileiro como “uma auto representação de que os militares constituem uma espécie de reserva moral politicamente desinteressada e comprometida apenas com a “nação”. Ligado a ideia de que o Exército longe dos interesses políticos “é a única instituição de abrangência verdadeiramente nacional” e, portanto, capaz de se afastar dos “interesses particularistas e contraditórios”²¹². Esse sentido é encontrado no jornal *Correio do Povo*, no artigo de F. Antunes Maciel, que celebra a normalidade que já se pode vivenciar no país

Essa normalidade precisa ser restabelecida. O Brasil saiu, ainda uma vez limpo de sangue dessa jornada grave: afirmou não tolerar distorção dos seus sentimentos cristãos, passou o novo governo, sob os auspícios do prestígio das Forças Armadas, que, aliás, só o aceitam em caráter provisório, demonstrando ainda uma vez a sua já histórica desambição do Poder.²¹³

²⁰⁹ **Idem.**

²¹⁰ *Correio do Povo*. 07/04/1964. “**Não frustrar a revolução**” – Artigo, Mario de Almeida Lima.

²¹¹ *Correio do Povo*. 04/04/1964. “**Reconstrução Nacional**” – Editorial.

²¹² SVARTMAN. Eduardo Munhoz. Ideologia do autoritarismo militar no Brasil: a gênese no caso de exército. In. **História e ideologia: perspectivas e debates**. p. 125.

²¹³ *Correio do Povo*. 10/04/1964. “**Filosofia da crise**” – Artigo, A. Antunes Maciel.

A fundamentação “técnico-científica do exercício do poder” era o segundo componente ideológico a circular entre os meios militares e civis, pois acima dos interesses que poderiam dividir a nação, o Exército a partir do investimento em formação permitia solucionar objetivamente os problemas nacionais, “pretendia credenciar uma elite dirigente cuja legitimidade repousava mais na sua propalada competência que na investidura pelo voto”²¹⁴. Como nota-se no trecho abaixo que aponta o caminho a que ao qual o Brasil se dirigia.

Houve uma Revolução, na completa acepção da palavra. Ora, uma Revolução significa a mudança radical e profunda nos métodos e processos tradicionais de administração. A Revolução quer dizer a introdução de normas políticas que conduzam efetivamente, ao Bem Comum.²¹⁵

Além de disseminar agora, que certa dose de autoritarismo se fez necessário e justificar a intervenção militar, o jornal trabalha na construção da legitimidade necessária para as ações autoritárias que estavam por vir, e também na naturalização do processo de “limpeza” nas esperas públicas.

A Nação vive, presentemente, uma fase de anormalidades e de medidas que se revestem de certa dose de autoritarismo, em razão de explicáveis circunstâncias. Melhor fora que jamais houvesse o País de chegar à necessidade dessas contingências, a que foi levado, entretanto, pela série de desvarios, incontínuas, desmandos e abusos em que se extremou o governo do sr. João Goulart, muito embora alertado reiterado e lealmente pelos amigos, pela imprensa, pelas Forças Armadas por quantos, enfim não lhe desejavam se não que concluísse seu mandato, ainda que sem brilho, mas, pelo menos, sem atirar o País a uma situação de anarquia e irresponsabilidade.²¹⁶

Também foi possível encontrar no jornal os postulados da DSN, que conforme Alves, um dos pontos fundamentais é garantir a segurança “controlando os meios político e social, de modo a garantir um clima atraente para os investimentos multinacional”²¹⁷, é claro, que o *Correio do Povo* não é um órgão controlador, mas atua a partir da premissa que, nem mesmo a mais rudimentar ditadura consegue se manter coesa sem o estabelecimento de um certo nível de consenso e, portanto, é nesse sentido que intervém.

Do mesmo modo, que defende o desenvolvimento econômico capitalista, desconstrói a política nacionalista efetuada por João Goulart, evidenciado, como nota-

²¹⁴ SVARTMAN. Eduardo Munhoz. **Op. Cit.** p. 126.

²¹⁵ Correio do Povo. 08/04/1964. “**É preciso ganhar a paz**” – Artigo, Nestor Pereira.

²¹⁶ Correio do Povo. 09/04/1964. “**Saneamento e cooperação**” – Editorial.

²¹⁷ ALVES. Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p. 60.

se a partir do artigo “A demonstração da evidência”. No texto, parece ser incontestável a ideia que,

toda a agitação produzida no mundo pelo sarampo socialista baseia-se numa ideia principal que é errada. Espalhou-se que a pobreza de uns é sempre a causa da riqueza de outros, através do mecanismo de espoliação. Com essa ideia, ou melhor, com essa generalização ingênua, as vozes de índole socialista clamam contra as empresas, contra os “lucros” e acham que as encampações, as estatizações resolverão o problema de boa distribuição da riqueza, uma vez que não há capitalista interessado na “mais valia”. Em tudo isto esquecem que se não há patrão continua a haver ladrão.²¹⁸

Embora se trate de um artigo opinativo e que, de modo geral, não represente a visão do jornal, pois o mesmo não se responsabiliza com as colaborações, ele se enquadra na lógica apontada nesta pesquisa, de adjetivar aqueles que considera opositores e de distorcer teorias, onde é possível notar abaixo.

Não disponho de nenhum levantamento sociológico para aquilatar o estado da mentalidade coletiva do brasileiro, ou do QI médio, ou de algum outro índice de maturidade ou discernimento, mas penso que o brasileiro não é tão burro quanto estão pensando os envolvidos no roubo. Tenho a impressão de que algum bem há de resultar, na opinião pública, de tanto abuso, porque, não consigo crer que o brasileiro seja tão prodigiosamente estúpido.²¹⁹

Também, ao encontro da DSN, o artigo caminha para o entendimento de que o desenvolvimento econômico defendido pelo autor está alinhado ao modelo econômico da Doutrina, em que um dos elementos declara: “não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população”²²⁰. Observado a partir do seguinte trecho:

É preciso neutralizar, remover o principal obstáculo que são os que engordam com a miséria dos outros, e depois dizem que a culpa é dos trustes internacionais. E para neutralizar essa impostura é preciso aviltar a consciência para os princípios da democracia, da verdadeira democracia que quer o engrandecimento do homem, e não a sua escravização.²²¹

Gustavo Corção no artigo, descaracteriza, deslegitima e converte o significado das coisas, focalizando na necessidade de controle no meio social, tece críticas à índole da população e esse recurso é bastante presente no jornal. Usa também o catolicismo como baliza maniqueísta, em que separa o bem e o mal.

²¹⁸ Correio do Povo. 09/04/1964. “**A demonstração da evidência**” – Artigo, Gustavo Corção.

²¹⁹ Correio do Povo. 09/04/1964. “**A demonstração da evidência**” – Artigo, Gustavo Corção.

²²⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Ibidem**. p. 51.

²²¹ Correio do Povo. 09/04/1964. “**A demonstração da evidência**” – Artigo, Gustavo Corção.

É possível visualizar em “Virtude e estruturas”, que busca traçar a linha que divide o verdadeiro democrata das socialistas defendendo que está linha “não está como muitos julgam, nos problemas de natureza econômica”²²², segundo Corção,

A verdadeira demarcação se faz em torno da ideia de valor do homem. Nós democratas afirmamos que o mundo do homem só se tornará melhor se o homem, a partir de dentro, se tornar melhor; o socialista, ao contrário, afirma que o mundo do homem se tornará melhor se as coisas exteriores forem rearrumadas de modo mais adequado. Por outras palavras, a democracia será uma filosofia política parecida em sua configuração com a teologia moral dos católicos. Toda a nossa Teologia moral gira em torno do dinamismo da perfeição e do imperativo de obedecer a vontade de Deus. Nós sabemos com plena convicção que o mundo seria melhor, que as finanças do país estariam mais protegidas, que as guerras seriam menos prováveis, se os habitantes desse mundo se santificassem e progredissem nas virtudes e nos dons.²²³

Portanto, os ensinamentos a serem seguidos são os do individualismo, a progressão moral acontece a partir da fé, e nesse caminho é preciso se afastar do que segundo Gustavo Corção, realmente importa para os socialistas a “estrutura”. O militante comunista torna-se “negligente dos valores morais, um certo maquiavelismo, e qualquer moço iniciado no socialismo, vendo embora que o fulano de tal é patife, não deixa de apoiá-lo se este for favorável a certas reformas de estruturas visadas pelo socialismo”²²⁴. Fornece exemplos da amoralidade em que os militantes se submetem.

O que acontece no aqui no Brasil, neste triste episódio que felizmente acabou tão bem e tão milagrosamente, foi essa degradação levada a um grau talvez nunca atingido. Começaram os moços a se preocupar com a miséria dos nordestinos. Nesse período eles são atraentes e impõem aos outros o vago respeito que em torno de si sempre deixam os idealistas, os quixotescos, os generosos realistas ou utópicos. Mas logo que começa a funcionar a preparação revolucionária começa também a degradação. Pena é que no meio católico, com dois mil anos de doutrina, tanta gente ignore esses rudimentos e pense que é possível e até mesmo recomendável ao católico abandonar o seu primado do espiritual para abraçar o primado das estruturas.²²⁵

Após a tomada do poder pelos militares e de efetuado o impedimento da participação mais ampla da população que ameaçava a consolidação do regime democrático burguês, e também, depois de barrar a participação política de setores das classes trabalhadoras, havia a necessidade de legitimar o governo que se

²²² Correio do Povo. 16/04/1964. “**Virtudes e estruturas**” – Artigo, Gustavo Corção.

²²³ Correio do Povo. 16/04/1964. “**Virtudes e estruturas**” – Artigo, Gustavo Corção.

²²⁴ **Idem.**

²²⁵ **Idem.**

consolidava. Desse modo, foi amplamente veiculado a origem do movimento “revolucionário”, no intuito de arraigar a ideia de que foi um movimento que em primeiro momento partiu das mais altas patentes do exército, e em segundo momento, processado e aplaudido por toda a população. Como se observa no trecho a seguir.

Foi um movimento que partiu do povo e que se processou sem qualquer resistência, como o desencadeador de uma força telúrica e incontrolável, o que aconteceu porque a imensa maioria do povo brasileiro, na hora undécima tomou a deliberação heroica de salvar o Brasil da bancarrota, da completa subversão social e de uma ditadura socialista. A revolução, como único caminho para salvar o Brasil, era legítima. E a legitimidade está acima da legalidade. Por isso é que foi, do começo ao fim, uma marcha triunfante das ideias vencedoras, desencadeada contra um governo que, embora legal ou constitucional, se tornara impopular e ilegítimo.²²⁶

É importante destacar, que a campanha de deslegitimação de João Goulart e de seus partidários se manteve firme, mesmo exilado no Uruguai Jango foi alvo de inúmeros artigos e editorias. Dentro da lógica da DSN, as fronteiras geográficas eram substituídas pelo conceito de fronteiras ideológicas, a nação nesse momento não era apenas um “território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas [como] um conjunto de crenças, instituições, religião e valores”²²⁷.

De modo que, os grupos que não se apropriassem a esse “conjunto de crenças” passariam a constituir a oposição ao regime e ao sistema de valores amplamente difundidos no período.

Muitas providências se fazem necessárias, neste país. Depois de uma revolução, que, para a felicidade dos brasileiros, não se procedeu num turbilhão de sangue, mas se impôs pela decisão uniforme das Forças Armadas, com o apoio generalizado do povo, que soube dar a lição de desprezo aos maus brasileiros surdos às solicitações e às advertências do bom senso e do patriotismo – depois de uma Revolução, repetimos, que se fez para libertar o país da anarquia, dos abusos e dos desvarios de um misto populismo, sindicalismo e peleguismo, estimulado pelo caudilhismo e pelo cunhadismo, há que realizar muitas tarefas de complexidade e responsabilidade consideráveis, mas essenciais à consolidação do movimento saneador.²²⁸

As promessas eram de que a “revolução” feita pelas Forças Armadas, cumprindo os objetivos e garantias nacionais realizariam as reformas como

²²⁶ Correio do Povo. 07/05/1964. “**Uma revolução autêntica**” – Artigo, João Didonet Neto.

²²⁷ BAUER, Caroline Silveira. As ditaduras de segurança nacional do cone sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZELLI, Cesar; THOMPSON FLORES, Mariana; AVILA, Arthur. **Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 170-182. p. 171.

²²⁸ Correio do Povo. 05/05/1964. “**Moralidade e eficiência administrativa**” – Editorial.

“autênticos democratas”, afastados “do reformismo dos comuno-castristas, encastelados no poder, mentiroso e apenas vociferante, que tinha por finalidade facilitar a agitação e as manobras políticas”²²⁹.

3.2 Reconstrução nacional pós-golpe: uma nova ordem

O regime civil-militar que se estabeleceu a partir de 31 de março de 1964, esforçou-se em estabelecer legitimidade, mas para além de garantir a obediência e o medo, tal legitimidade está inserida em um processo mais amplo e complexo, no sentido de buscar construir uma nova ordem. Para isso, houve a necessidade de construir novos paradigmas e destruir os pré-existentes.

Os governantes militares buscaram “construir elementos que viessem a certificar de imediato, que aquele movimento era legítimo”²³⁰. Além do aparato político e jurídico que caracterizava a legalidade do regime contaram com a ampla participação de setores civis, que puseram em prática uma campanha que buscou construir discursos que garantissem legitimidade ao movimento. O jornal *Correio do Povo* colaborou nesse sentido, além da ampla campanha de desestabilização de João Goulart e do anticomunismo, manteve-se firme na defesa da legitimidade do governo militar, como percebemos abaixo.

A revolução, como único caminho para salvar o Brasil, era legítima. E a legitimidade está acima da legalidade. Por isso é que foi, do começo ao fim, uma marcha triunfante das ideias vencedoras, desencadeada contra um governo que, embora legal ou constitucional, se tornara impopular e ilegítimo.²³¹

Para dar conta do reconhecimento da legitimidade do processo, inventa-se um novo ideário de democracia, “os condutores do regime partiam da perspectiva de que eles ganhariam a adesão à sua proposta de organização, se conseguissem uma opinião pública cada vez mais favorável aos seus feitos”²³². Nesse sentido, a ditadura

²²⁹ Correio do Povo. 08/04/1964. “**É preciso ganhar a paz**” – Artigo, Nestor Pereira.

²³⁰ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico] – Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php p. 21> Acesso: 17/02/2016.

²³¹ Correio do Povo. 07/05/1964. “**Uma revolução autêntica**” – Artigo. João Didonet Neto.

²³² REZENDE, Maria José de. **Op. Cit.** p. 35.

militar busca a aceitabilidade dentro de um princípio que de forma alguma a representa.

Rezende destaca uma questão: Por que então a ditadura se estabeleceu com o ideal de democracia? A partir da necessidade de justificar todos os seus atos o que garantiria além da legitimidade, novas premissas sobre a suposta democracia defendida. E que se mostrava como fundamento de todo o caminho percorrido, buscando amenizar a natureza do regime²³³. Observamos esse comportamento no artigo de Gustavo Corção sobre o regime democrático.

Concordo inteiramente com que disser que seria desejável, e mais expressivo de nossa formação democrática, o resultado eleitoral que sufragasse o nome do Presidente da República com maioria absoluta de votos. Acho desejável esse ideal, e concordo que para ele devemos tender; mas já não apoio com a mesma convicção que disser que os princípios democráticos exigem essa maioria absoluta, e com quem começar a definir democracia como “governo da maioria”. [...] Porque em nossa definição de democracia, como na de Pio XII, não é a pura vontade do povo que constitui a instancia última, e sim a vontade de Deus inscrita na natureza das coisas e chamada lei natural e direitos do homem.²³⁴

O governo militar fundamentado nesse ideal de democracia, empenhou-se na sedimentação de valores calcados na segurança nacional, no catolicismo, na família e no saneamento moral. Gustavo Corção traz em seu discurso o ideal de democracia defendido pelos militares, corroborando com o fundamento de que, dessa forma, a democracia se renovaria de acordo com o caráter ideológico veiculado no tecido social.

A democracia era tomada pelos militares e civis que conduziam o movimento de 1964 como um regime político que não tinha que ser, necessariamente, controlado pelos civis. Ou seja, a sua suposta democracia seria revigorada através da restauração de uma legalidade, de uma paz e de um progresso com justiça social a partir da atuação de um determinado grupo que estaria incumbido desta tarefa em nome de um todo abstrato definido como povo.²³⁵

A elaboração do primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, se caracterizou pela criação de mecanismos legais com o objetivo de executar a “operação limpeza” e também para efetivar o esvaziamento do Poder Legislativo e conseqüentemente a valorização do Poder Executivo. Como é possível notar no artigo 4º, com a criação do “decurso do prazo”, que define, que após o envio de projetos de lei pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, tanto a Câmara dos

²³³ Ver em REZENDE, Maria José de. **Op. Cit.**

²³⁴ Correio do Povo. 09/07/1964. “**Maioria Absoluta**” – Artigo, Gustavo Corção.

²³⁵ REZENDE. Maria José de. **Op. Cit.** p.68-69.

Deputados, como o Senado possuíam um prazo de 30 dias cada para votação do contrário seriam tidos como aprovados.

O artigo 5º limita as questões orçamentárias exclusivamente ao Presidente da República. O artigo 6º previa que o Presidente poderia decretar estado de sítio, a partir do artigo 7º ficam suspensos por 6 meses as garantias previstas na constituição no que tange a vitaliciedade e estabilidade. E o artigo 10º, pelo interesse de paz e da honra nacional, permite cassar e suspender os direitos políticos, pelo prazo de 10 anos²³⁶.

O Ato Institucional evidenciou que não se tratava de uma intervenção militar passageira e, portanto, além de legitimidade precisava eliminar da cena políticas aqueles políticos que anteriormente se posicionavam a favor do projeto populista de governo. Nesse sentido, observaremos como o jornal *Correio do Povo* explora a Operação Limpeza e que recursos utiliza para justificar as ações governamentais.

Um das primeiras ações do governo militar, que causaram grande repercussão foi o incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes, e embora ela tenha sido incendiada entre a noite de 31 de março e a madrugada do dia 1º de abril, no setor de colaborações do jornal *Correio do Povo*, tal fato não esteve presente nesses primeiros dias de abril. No entanto, observa-se uma grande preocupação com a entidade, que anteriormente estava empenhada na reforma universitária proposta pelo Governo de Jango. No jornal, afirmava-se que na UNE,

Incentivava-se o ódio aos ricos, considerados espoliadores. E para enfraquecer o Exército como ensina o marxismo-leninismo, se procurou dividi-lo e enfraquecê-lo com a indisciplina. A influência socialista no Brasil se chama “conscientização”, tendência que já se infiltrava em todos os setores da vida nacional. E a classe estudantil era das mais atingidas. O jornal da UNE “Movimento”, em sua edição regional de dezembro último, afirmava que alto nível de conscientização se caracterizava os universitários. Tal conscientização se configurava pelo apoio as reivindicações das esquerdas aliadas ao comunismo.²³⁷

Segundo os artigos analisados, muitos defendiam que a ação ideológica comunista não havia sido liquidada. Não faltaram sugestões que a limpeza moral devia ser estabelecida em todos os setores da sociedade, uma característica permanente é o combate ao comunismo e o enaltecimento dos valores cristãos,

²³⁶ BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso em: 10/03/2016.

²³⁷ Correio do Povo. 11/04/1964. “**Vitória da democracia na América**” – Artigo, João Didonet Neto.

criando e perpetuando uma imagem idealizada dos católicos, que segundo Corção, devem perceber que “há um abismo entre a prática do incentivo do brio e da dignidade e a prática da exasperação dos ressentidos. Esta distinção é B-A-BA da verdadeira cartilha dos cristãos”²³⁸.

Há neologismo que surgem para designar uma nova coisa. [...] No caso do termo “conscientização”, que reputo de mau gosto, ninguém em são juízo negará seu caráter sectário e ideológico. Lançado por um grupo, usado abundantemente nos meios que caracterizam tal grupo, não deveria ser usado inocentemente por quem não deseja pertencer àquele grupo; ou então, se é usado prova uma adesão às ideias que em torno de tal termo formam um sistema. E é por essa razão que já comecei a achar estranho o uso do termo “cartilha” que me dizem feitas por senhoras da Ação Católica: “Gostaríamos que este trabalho fosse considerado sempre em sua intenção fundamental: um instrumento auxiliar na educação de adultos e adolescentes, educação que, por dever ser uma educação integral, exige a conscientização”.²³⁹

De acordo com Dreifuss, a elite orgânica buscou desenvolver uma campanha sólida no intuito de conter e desagregar inúmeras entidades envolvidas na luta e na defesa no projeto populista, especialmente direcionada para a UNE, o IPES além de apoiar opositores, com incentivo financeiro para viagens, percebeu a necessidade de infiltrar membros do grupo às entidades estudantis militantes²⁴⁰.

O intuito era tencionar o movimento estudantil a afastar-se do projeto populista e a abandonar a defesa das reformas. Embora idealizado um amplo esquema, a postura estudantil permanecia inclinada para a esquerda e a elite orgânica teve de buscar outras formas de lidar como o movimento estudantil. Nas primeiras horas em que a intervenção dos militares se sucedeu, a União Nacional dos Estudantes incendiou, prenderam líderes estudantis, invadiram universidades e interditaram a UNE²⁴¹.

Observou-se que a imprensa atuou nesse sentido, buscando relacionar a ação estudantil à ação comunista, salientando progressivamente a necessidade de saneamento dessas instituições.

Tornou-se admiravelmente nítida a mediocridade de todo o chamado movimento populista de esquerda e da tão temida infiltração comunista. Vejam: eles tinham tudo, dinheiro, poder, armas, meios de propagação, rádios, comunicações, ministérios, verbas. Tudo menos a opinião pública com que asniticamente contavam. Tinham o ISEB, a UNE, o MEB com suas tolas

²³⁸ Correio do Povo. 02/04/1964. “**Conscientização**” – Artigo, Gustavo Corção.

²³⁹ **Idem**.

²⁴⁰ DREIFUSS, René. **Op. Cit.** p. 283-284.

²⁴¹ DREIFUSS, René. **Op. Cit.** p. 290.

cartilhas de pregação de ressentimentos [...] tinham tudo para arrematar a vitória marxista, mas tudo isso, em poucas horas, se pulverizou. Um pobre rapaz da AP ou da JUC, não sei, dizia pálido e trêmulo: Eu pensava que nós éramos maioria ... Ele pensava. Eles pensavam. Pensando morreu um burro, dizíamos antigamente.²⁴²

Também no intuito de permanecer desmoralizando João Goulart, destacando a inoperância de seu governo e o oportunismo diante das situações. Usando ataques a moralidade do povo, afirma: “vejam esse infeliz demagogo multiplicou as subversões julgando que assim teria o povo com ele, como se o povo amasse subversões”²⁴³.

Retomando o Ato Institucional número um, o feito não passou despercebido no jornal *Correio do Povo*, no editorial “Revolução institucionalizada”, que define o momento não como “um golpe de Estado, nem um simples contragolpe (...), mas sim uma Revolução, ou seja, uma alteração radical e profunda na vida nacional, para reconstruir a Nação, moral, política e economicamente”²⁴⁴.

Uma das propostas da “revolução” teria sido a necessidade de reorganização política, econômica e social do país, para posteriormente devolvê-lo aos civis. Para cumprir esse objetivo o AI-1, em seu 2º artigo, determinava que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República seria realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso. Sobre a amplitude dos poderes militares o editorial de modo geral, prevê ou antecede os futuros Atos Institucionais.

Podia o Comando Supremo da Revolução ter revogado a Constituição, dissolvido Câmaras legislativas e decretado a intervenção federal nos Estados. Preferiu não o fazer, no entanto, em vez disso mantendo a Lei Maior e aqueles poderes, mas suspendendo a vigência de determinadas partes do código supremo: daqueles que dizem respeito às atribuições do Presidente da República e a direitos e garantias individuais. Inclusive no que se refere ao exercício de mandatos legislativos e de direitos políticos.²⁴⁵

A eficiência do Ato Institucional nº 1, em eliminar da vida pública e do cenário político os opositores, definiu que o inimigo interno eram todos aqueles ligados ao governo de João Goulart, ao Partido Trabalhista Brasileiro, a militares legalistas, estudantes e sindicatos²⁴⁶. As medidas definidas pelo AI-1 facilitaram os expurgos

²⁴² *Correio do Povo*. 07/04/1964. “**Um estranho serviço**” – Artigo, Gustavo Corção.

²⁴³ **Idem**.

²⁴⁴ *Correio do Povo*. 11/04/1964. “**Revolução institucionalizada**” - Editorial.

²⁴⁵ **Idem**.

²⁴⁶ FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: A conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964 – 1973)**. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

realizados em inúmeros setores da sociedade com a aparência de legalidade, o jornal *Correio do Povo* construiu argumentos visando o apoio da sociedade para tais atos.

A Nação vive, presentemente, uma fase de anormalidades e de medidas que se revestem de certa dose de autoritarismo, em razão de explicáveis circunstâncias. [...] A par disso, contudo, há outra preocupação que deve estar presente sempre, em todos os espíritos. Fez-se um movimento que, em última análise, foi uma revolução. Se houve uma revolução, é preciso que a Nação sinta os efeitos dessa revolução. Serão eles apenas os que traduzem na substituição de dirigentes, na renovação de quadros administrativos, nas tarefas de limpeza de uma ou outra repartição, de um ou outro serviço em que se observam fraudes, abusos, roubos, assaltos ao patrimônio público? Não, certamente. A par dessa missão diríamos de sentido policial, de repressão e prevenção, há a grande tarefa de reconstruir, de restaurar a confiança pública abalada, de levar novas esperanças aos corações e do não decepcionar nem desmentir esperanças.²⁴⁷

De acordo com o editorial, o autoritarismo é explicável devido as circunstâncias vivenciadas pós “revolução”. O jornal se contradiz a partir das inúmeras referências à João Goulart, cujo governo segundo o periódico, caminhava para uma ditadura autoritária nos moldes cubanos, stalinista e soviético. No entanto, modifica seus argumentos, naturalizando o teor do regime militar, afirmando ainda, que “era inevitável a ação das Forças Armadas, com apoio da população brasileira, que vinha manifestando, de modo eloquente, sua insatisfação em face do estado de coisas, e que fosse dada nova feição político-administrativa ao País”²⁴⁸.

Claramente defendendo os interesses de classe que representa, os editoriais e artigos confluem em construir uma base hegemônica forte, no intuito de produzir um novo “conjunto de valores que rivalizem e disputem a direção da sociedade”, pois a ideologia é o que mantém coesa uma sociedade, o *Correio do Povo* trabalha nesse sentido, no intuito de construir novos valores que compactuem com o atual projeto de “revolução”.

Além da democracia era preciso estabelecer consenso para a forma que seria administrada a máquina pública. Para Nestor Pereira, “uma Revolução significa a mudança radical e profunda nos métodos e processos tradicionais de administração. Revolução quer dizer a introdução de normas políticas que conduzam efetivamente, ao Bem Comum”²⁴⁹.

Castigar os que erram é obra de misericórdia. Nesse instante, cumpre denunciar, também e com firmeza, tentativas de barganhas e de

²⁴⁷ *Correio do Povo*. 09/04/1964. “**Saneamento e cooperação**” – Editorial.

²⁴⁸ **Idem**.

²⁴⁹ *Correio do Povo*. 08/04/1964. “**É preciso ganhar a paz**” – Artigo, Nestor Pereira.

acomodações partidárias de alguns políticos, verdadeiros cúmplices pelo clima de degradação em que o Brasil esteve mergulhado. Nessa hora, os interesses supremos da Nação devem sobrepor-se aos interesses da clientela político-eleitoral. E para salvar a honra nacional, para ser digno da Revolução, é preciso proceder a um expurgo radical, e alijar dos seus cargos, sem contemplação, a todos os que, aliados com elementos comunistas conspiraram contra a segurança nacional.²⁵⁰

Enquanto a Junta Militar prometia “restaurar a legalidade”, reforçar as instituições democráticas ameaçadas” e restabelecer a “composição federativa da nação”, rompendo o poder excessivo, mas sobretudo “eliminar o perigo da subversão e do comunismo”²⁵¹. A necessidade de garantir a segurança interna, enquadrada no DSN, visando a eliminação do inimigo interno leva a uma contradição entre os objetivos anteriormente propostos e as necessidades de “defesa” da segurança nacional.

Sendo que “a coalizão no poder não dispunha de um modelo pronto para todas as estruturas do novo Estado; contava apenas com uma elaborada doutrina, ou ideologia, em que baseava seu pensamento político”²⁵², nesse sentido, os interesses de classe dos grupos que apoiaram a iniciativa golpista se uniram a elementos dessa doutrina para impor um modelo de Estado.

O Ato Institucional nº 1 foi a primeira base legal do governo civil-militar, que se baseou na Doutrina de Segurança Nacional, “sem ele o movimento civil e militar de março de confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo”²⁵³.

Desse modo, a partir do AI-1 que oferecia as bases legais para a atuação dos militares, percebia-se também a necessidade de explorar o entendimento da opinião pública, era necessário explorar as convicções e os medos em prol de superar a base legal e garantir a base na sociedade civil. O jornal *Correio do Povo* já antecipa a reação dos legalistas e se esforça em justificar as futuras reivindicações desses setores.

Não se esqueça que não faltarão paladinos parlamentares causídicos pressurosos, sequiosos de evidências publicitárias, para saírem em defesa desses “mártires” do comuno-populismo, os quais, no entanto, mister se torna que tenham as asas cortadas, para não ensaiarem novas arruaças e tropelias, em detrimento da recomposição do poder e da ordem que, custe o que custar, precisa ser levada a cabo.²⁵⁴

²⁵⁰ **Idem.**

²⁵¹ ALVES. Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p. 52.

²⁵² **Ibidem.** p. 53.

²⁵³ **Ibidem.** p. 56.

²⁵⁴ Correio do Povo. 07/04/1964. “**Eleição, limpeza e segurança**” - Editorial.

Mesmo que primeiro ato institucional tenha sido assinado apenas no dia 09 de abril de 1964, o *Correio do Povo* já informava ao público o teor do conteúdo do documento. O jornal salientou fortemente a necessidade de restaurar o Brasil e, nesse sentido, fundar um novo regime com os poderes necessários para restaurar a confiança no Brasil, de modo que, se tornava imperioso “pôr mãos à obra de expurgo e saneamento, totais e exemplares, em todos os setores da administração”²⁵⁵.

3.3 Castelo Branco e seu governo

Dias após o início do governo civil-militar brasileiro, da superação das expectativas sobre o que esperar dessa nova ordem que se estabelecia, toma posse o primeiro presidente militar, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos principais ideólogos da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional.

Sob o seu comando, a ditadura “adotou o binômio segurança e desenvolvimento”²⁵⁶, sendo que, tão intrinsecamente ligados seria impossível atingir os objetivos sem condicionar as preocupações com segurança com o potencial de crescimento econômico.

Nesse espaço, a pesquisa visa perceber como o jornal *Correio do Povo* se esforça para construir uma legitimidade para o novo presidente. Exaltando a índole do militar, valorizando o plano para o governo, o combate aos subversivos e aos corruptos, no intuito de colaborar com as estratégias adotadas pelo regime de vigilância e controle.

Desde os primeiros dias após a derrubada de João Goulart e assunção dos militares no comando dos rumos do país, o *Correio do Povo* veiculou que toda aquela movimentação se tratava de uma “revolução”, no sentido lato da palavra. E que duraria o tempo necessário para realizar as mudanças estruturais necessárias para o bom funcionamento da coisa pública. Após o estabelecimento do AI-1, funcionando como a primeira base legal para a aplicação da DSN e também da posse de Castelo Branco,

²⁵⁵ **Idem.**

²⁵⁶ FERNANDES. Ananda Simões. **Op. Cit.** p. 59.

o jornal ocupa-se em fundamentar os desdobramentos que se seguirão a partir da data,

A volta dos quadros legais, com a posse do presidente Castelo Branco, não indica, porém, que a revolução tenha cessado. Isso poderia ocorrer no caso de tratar-se de uma simples quartelada, revolta ou golpe para a tomada do poder pelo poder. Mas – como se afirmar e se confia em que o seja – por ser uma revolução no verdadeiro sentido, destinada a sintetizar todos os movimentos que a antecedem e cujas distorções terá de corrigir, a que vem mobilizando a consciência nacional, apenas ensarilha as armas para transferir seu comando ao presidente eleito.²⁵⁷

Para que o novo chefe do governo e supremo magistrado da Nação possa, porém, colimar os objetivos do movimento de regeneração dos costumes, restauração econômica e paz social, dentro da ordem legal, do primado da justiça e do respeito às instituições vigentes, uma condição, entre as demais se impõem. Essa condição essencial é a reorganização da vida política, pela recondução das parcialidades que a encarnam e expressam ao alto papel de intérpretes e coordenadores da opinião nacional, dentro do clima democrático que o atual governo se propõe a restaurar na República, no período reservado à sua gestão.²⁵⁸

A defesa que o jornal efetuava dessa nova ordem, cria um grande anseio nos rumos do país, a solução apontada pelo jornal *Correio do Povo* nesse momento, recaia quase exclusivamente ao militar Castelo Branco. Após meses descaracterizando o presidente João Goulart, como comunista, subversivo e demagogo, o jornal traduziu o novo presidente como figura acima dos conflitos e interesses pessoais e, portanto, à altura do cargo assumido, sendo uma “vassourada na demagogia, na agitação, na improbidade, na corrupção, e um reformismo lúcido, honesto, consciencioso, que, sem anunciar imediatas melhorias impossíveis, realmente conduza a Nação pelo roteiro do desenvolvimento”²⁵⁹.

Com efeito, o marechal Castelo de Alencar Castelo Branco não sucede apenas ao presidente João Goulart, que, a seu turno, sucedera ao presidente Jânio Quadros, tudo isso dentro de um mesmo quinquênio presidencial. A solenidade de ontem, em Brasília – que fez despertar para o movimento e o rumor da vida uma cidade que já se transformara num ermo silencioso, com ares de cemitério cívico, um sentido muito mais profundo. Porque ela formalizou, ao estilo das prescrições protocolares, não apenas uma mudança de governo, mas o início de uma nova era.²⁶⁰

Uma característica comum tantos nos discursos dos militares pós 1964, como no jornal *Correio do Povo*, foi a associação entre liberdade e democracia. A liberdade aparecia como oposição ao comunismo e nessa perspectiva era necessário construir

²⁵⁷ Correio do Povo. 15/04/1964. “**Revolução e magistratura**”- Editorial.

²⁵⁸ **Idem.**

²⁵⁹ Correio do Povo. 16/04/1964. “**Novo Governo**”. – Editorial.

²⁶⁰ **Idem.**

formas de aceitação, que no contexto de “revolução” a liberdade não mais se assentava nos princípios desenvolvidos nos séculos anteriores e que agora estavam cada vez mais relacionados a ordem, independência, segurança e desenvolvimento. Como é possível observar no trecho veiculado no jornal.

As palavras do marechal Castello Branco foram de meridiana clareza e de precisa exatidão. “Todas as nações democráticas e livres serão nossas aliadas, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa, contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação”. E isso de sentido transcendente, porque, até aqui, a autodeterminação defendida era somente a que levasse a Moscou ou Havana. O marechal Castello Branco não será entendido, assim, apenas pelos que não tiverem interesse em entendê-lo. A independência nacional será defendida sem restrições. Não se admitirão quaisquer interferências, por mínimas que sejam. O que, todavia, não se confunde com agressividade, com inimizade. Independência e amizade, democracia e colaboração, longe estão de constituírem termos que não possam aparecer unidos, que se tenham de repelir necessariamente.²⁶¹

A ditadura civil-militar buscou fomentar a ideia de que só ela juntamente a setores da população poderia conduzir os rumos da Nação e resguardar os valores fundamentais do movimento que depôs o presidente Goulart. Segundo Rezende, a igualdade jurídica, nos moldes estabelecidos por Rousseau foi deixada de lado, o que caminhou para a radicalização da ditadura e consecutivamente, a negação de qualquer liberdade, sempre amparado por uma pretensa democracia, que cada vez mais necessitava de atos de exceção, ausência de liberdade política e concentração de poder no Executivo para se estabelecer. Como justificativa, tais atos eram mostrados como a única via para livrar o país da ruína advinda dos valores desagregadores do comunismo internacional.²⁶²

Nesse ponto, cabe destacar essa necessidade de juntamente à conquista do Estado se construir consenso, no intuito de produzir novos valores que forneçam a sustentação ideológica para manter coeso o regime²⁶³. O jornal *Correio do Povo* forneceu um aparato teórico a partir dos artigos e editoriais que corroboravam com os paradigmas da ditadura civil-militar. Um dos principais é a ideia de que a intervenção militar se pôs em oposição à ditadura do proletariado e ao totalitarismo.

Todo mundo está convencido de que a patifaria era grossa sob o pretexto da justiça social. Mas a outra parte, aquela que mais consiste em burrice do que em corrupção, precisa ser também atendida. [do contrário] Tudo recomeçará, e pode acontecer que nesse tempo não tenhamos a brava equipe que hoje

²⁶¹ Correio do Povo. 20/04/1964. “**Independência e amizade**” – Editorial.

²⁶² REZENDE, Maria José de. **Op. Cit.** p. 71-72.

²⁶³ Ver. SANTANA. Marco Aurélio. **Op. Cit.**

nos tirou do buraco. O totalitarismo, esse é intrinsecamente mau. Não basta, pois, possuir cúpulas eleitas pelo povo e desfrutar de certas liberdades. Não basta conquistar o direito de eleger o Presidente da República e os Deputados e Senadores. É preciso a par desses componentes de um bom regime democrático, que as atividades dos grupos sociais e das pessoas não estejam vinculadas aos Estado. Não havendo essa saúde o corpo político, na primeira oportunidade surgirá nova ameaça de totalitarismo consolidado com ditadura e levado às extremidades desumanas que se observam nos países de cortina de ferro. Não basta, pois, evitar as ditaduras, é preciso, ainda mais energicamente, evitar os totalitarismos.²⁶⁴

A partir disso, percebe-se que após estabelecidos os parâmetros para obtenção e garantia da segurança nacional e desenvolvimento, há um discurso, principalmente ancorado por Gustavo Corção, de expansão do estado das coisas, digo, há uma pregação de que se faz necessário agir com mais dureza em prol dos objetivos de “recuperar a confiança no Brasil e da livre empresa”²⁶⁵.

Gustavo Corção em seus artigos, trazia uma grande diversidade de textos, alguns mais densos, discorrendo sobre a doutrina social da igreja, mas também, alguns que facilmente percebe-se serem direcionados a um público “leigo”. No intuito talvez de atingir o maior número de leitores, não só no sentido numérico, mas a partir de um texto que se comunique mais facilmente com todas as classes sociais.

Assim é difícil andar pra frente, prezado leitor, amado leitor! Faço, pois, um apelo, ao leitor e ao colega de ofício, um modesto apelo para uma campanha de maior paciência e sobretudo de maior respeito. Há mais de trinta anos, com pequenos intervalos, não sabíamos o que era respeito. Será que perdemos a completa noção?²⁶⁶

Se a primeira meta era o saneamento dos principais adversários e opositores. Posteriormente, se fez necessário assentar as bases da economia, que estavam prejudicadas pelas altas taxas de inflação e retomar as condições que possibilitassem o crescimento. A saída encontrada nos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Coordenação Econômica para conter a inflação “foi um aprofundamento perverso da recessão, [provocando] uma contenção de crédito e o maior arrocho salarial vivido pelos trabalhadores brasileiros até então”²⁶⁷.

Ainda de acordo com Barros, os ministros que projetaram o plano econômico, adeptos ao liberalismo e ligados ao IPES “ostentava[m] indiferença pelos problemas

²⁶⁴ Correio do Povo. 20/04/1964. “**Des-totalitarização**” – Artigo, Gustavo Corção.

²⁶⁵ **Idem**.

²⁶⁶ Correio do Povo. 28/05/1964. “**Mosaico**” – Artigo, Gustavo Corção.

²⁶⁷ BARROS, Edgard Luiz. **Os governos Militares**. São Paulo: Contexto, 1994. p. 24.

sociais”, e para superar a crise, “intensificaram a exploração do trabalho e a concentração das empresas e do capital”, adotando novas políticas salariais e trabalhistas que de modo geral estrangulavam o sindicato e rebaixavam os níveis salariais²⁶⁸. Nesse ponto, após a celebração da vitória da “revolução”, o jornal *Correio do Povo* esforçou-se em descrever as condições econômicas do Brasil, sempre solicitando apoio à causa revolucionária e usando a História, mestre da vida, destacando a ideia de não repetir o passado, retomando constantemente o marco para todas as dificuldades enfrentadas: os governos comunistas e demagogos.

O Brasil teve um aumento de população da ordem de 3,5% em 1963, enquanto o PNB se elevou de apenas 2,2%. Houve, assim, uma queda de 1,3%. Foi o saldo funesto que o governo anterior pode apresentar [militares deram um Basta!]. Para a importância e a gravidade dessas responsabilidades devem estar voltados todos os brasileiros de boa vontade e patriotismo. Não faltam, hoje, pronunciamentos de óbvias intenções, a proclamarem o malogro do esforço revolucionário, pelo crescimento do custo de vida, pela necessidade de paralisar certas obras, pelas dificuldades que aí estão, claramente. Ora, é essencial não esquecermos que, não fora a Revolução, talvez centena de milhares de brasileiros teriam sucumbido ao caos sangrento para onde marchava o Brasil. A Revolução deteve a caminhada fatal. O ruim atual não é nem a sombra do pior, a que estávamos sendo arrastados. A batalha da recuperação econômica, da normalização financeira e da própria restauração da confiança nacional é dura. Tem de que ser dura. Duríssima. Jamais, contudo, o Brasil teve homens tão honestos e patrioticamente empenhados em dar novos rumos a Nação.²⁶⁹

Outro ponto importante para o sucesso da política econômica estabelecida pelo primeiro governo militar recaia sobre a política externa adotada, baseada na interdependência econômica, política e militar com os Estados Unidos, rompendo com a política externa independente que desde Jânio Quadros se estabelecia. Cabia ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica facilitar os investimentos estrangeiros e aumentar as taxas de acumulação capital²⁷⁰.

Eliminar a subversão e o comunismo estava presente na campanha para desestabilizar o governo de João Goulart, mas, posteriormente a chegada dos militares, o discurso legitimador precisava ser mantido. Nesse intuito, o *Correio do Povo* se manteve buscando demonstrar a suposta relação entre os líderes do governo Goulart e dos movimentos de esquerda com o comunismo internacional.

²⁶⁸ **Idem.**

²⁶⁹ *Correio do Povo*. 02/10/1964. “O ruim e o pior” – Editorial.

²⁷⁰ ALVES. Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p.74.

No jornal, observa-se mais proeminentemente um apelo à questão da corrupção como justificativa para as dificuldades em estabilizar a economia, mas também, como forma de sustentar a operação limpeza. De acordo com o *Correio do Povo*, “a dilapidação dos dinheiros, públicos para que o país fosse mantido em permanente agitação, paralisando-se as suas funções produtivas, e para o enriquecimento ilícito de muitos, com requintes de despudor e ganância”²⁷¹.

Os inquéritos instaurados com base no ato institucional, como os que foram retirados dos arquivos em que os sepultara o governo deposto, pelo fato de se relacionarem com seus comparsas, membros da mesma camarilha que ainda se atreve a lançar ameaças contra as forças que querem regenerar os costumes e promover a recuperação do País, constituem com efeito, uma nódoa que, por decoro nacional devíamos esconder do estrangeiro. Se tal procedimento fosse juridicamente possível, esses inquéritos deveriam correr em foro especial, sob segredo de justiça, relativamente aos demais países, para que só os nacionais deles tivessem conhecimento e, sem sofrerem o vexame vindo de fora pudessem julgar exemplarmente os autores das trapaças que a todos nos envergonham.²⁷²

Os Inquéritos Policial-Militar (IPMs) referidos acima, foram instaurados a partir do decreto-lei no dia 27 de abril. O recurso que já estava previsto no AI-1, possibilitou a criação de comissões especiais “para investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas””. Tornou-se “uma fonte de poder de facto” para os que coordenavam as investigações, no entanto, nesse período “a decisão era passível de revisão pelo Judiciário, o Supremo Tribunal Federal e os tribunais estaduais frequentemente revogavam as decisões dos IPMs”²⁷³.

Esse poder de intervenção do judiciário gerou indignação dos militares, e cada vez mais exercendo pressão “contra esta autonomia judicial, forçando afinal o Executivo a ampliar as medidas de controle sobre os juízes e o próprio judiciário”²⁷⁴. O simples fato de ser indiciado em um IMP poderia causar inúmeros efeitos da vida de uma pessoa, podendo ser presa e sofrer torturas.

Foi um recurso que buscou a “segurança absoluta” da nação, mas também foi utilizado para atender interesses políticos para “eliminar a concorrência indesejada”, pois após a “comprovação do envolvimento do suspeito em algum ato que possa ser

²⁷¹ Correio do Povo. 14/06/1964. “**Primeira etapa da revolução**” – Editorial.

²⁷² **Idem**.

²⁷³ ALVES. Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p. 56.

²⁷⁴ **Ibidem**. p. 57.

considerado subversivo, poderia ser cassado e ter seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Como ocorreu como o governador de Goiás Mauro Borges²⁷⁵.

A fragilidade dos IPMs, baseados na ausência de fundamentação jurídica e na ausência de regras fixas para a comprovação dos atos ilícitos, sendo muitas vezes suficiente apenas o testemunho da opinião pública para comprovar o envolvimento em atividades subversivas. Nos primeiros meses após o golpe civil-militar, cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas no país, muitas dessas ações faziam parte de uma estratégia de intimidação e prisão temporária por algumas horas oportunizaram aos militares agir do sistema legal²⁷⁶.

A imprensa internacional apresentou suas preocupações sobre a extensão da ação militar e também a comissão Internacional de Juristas em Genebra, em setembro de 1964 “publicou relatório condenando o governo pela detenção continuada de 8.000 pessoas, pela imposição de censura à imprensa e pela cassação de mandatos eleitorais”²⁷⁷. Outras denúncias também foram realizadas, nesse sentido, em maio de 1964 o jornal *Correio do Povo* já tece suas preocupações sobre a repercussão internacional e da necessidade de esconder dos estrangeiros os fatos ocorridos a partir dos IPMs.

Injustiças poderá ter havido ou vir a haver, ainda, no que se refere à suspensão do direito à vitaliciedade e à estabilidade, na administração pública. Cremos, no entanto, que não se trate de mal irreparável. O foro revolucionário terá decerto competência para as revisões que tiverem justo fundamento. Já o dissemos: revoluções não se fazem sem drásticas medidas de expurgo e saneamento. É a limpeza da área para a reconstrução do edifício da democracia brasileira e do desenvolvimento nacional. Sobre alicerces mais sólidos e por outros obreiros – honestos e capazes.²⁷⁸

Nessa perspectiva, embora reconheça parcialmente a possibilidade de injustiças, justifica essas ações a partir do ideal da “revolução”, que para cumprir os objetivos saneadores faz jus a iniciativas que visam barrar os avanços da subversão. Do mesmo modo, em outros editoriais que fazem a defesa da “revolução” reafirmam: “Poderá ter havido injustiças. É difícil não as haver, num processo revolucionário. Mas nenhuma certamente irreparável. A verdade é que a Nação estava necessitada, e muito, se um banho de autoritarismo saneador”²⁷⁹.

²⁷⁵ ALVES. Maria Helena Moreira. **Op. Cit.** p. 57.

²⁷⁶ **Ibidem.** p. 59.

²⁷⁷ **Ibidem.** p. 60.

²⁷⁸ *Correio do Povo*. 14/06/1964. “**Primeira etapa da revolução**” – Editorial.

²⁷⁹ *Correio do Povo*. 10/10/1964. “**Depois do artigo 7º**” – Editorial.

Gustavo Corção também escreve sobre a opinião desfavorável da imprensa internacional, nesse caso, especificamente a imprensa francesa. De acordo com seu texto, a aversão dos franceses se dá de acordo com alguns preceitos.

E voltamos a pensar na ressonância que teve no mundo a nossa a nossa bela e pacífica revolução, sou forçado a admitir que o mundo tem certa razão em nos desconhecer, porque até aqui demos muito pouco de nós ao planeta e a humanidade. O azar está em que, justamente no dia em que o bom Brasilão faz um bonito, e presta um serviço à humanidade e ao planeta, essas entidades, além de não tomarem muito conhecimento ainda zombam do pouco que viram. A segunda razão [...] se explica por uma certa ferocidade do povo francês, alimentada de nacionalismo e exasperada pela crescente importância dos Estados Unidos que os franceses, não sei porque, sempre desprezaram. A terceira razão que encontro para o fenômeno, o mais inquietante, a mais misteriosa, que envolveu nas suas consequências o Vaticano, é a esquisita incapacidade que os povos têm de aquilatar o valor moral dos governantes longínquos.²⁸⁰

Segundo Corção, os estrangeiros “viam somente o rótulo oficial de seu governo, [Goulart] o ente de razão chamado reforma, e com esses elementos numa defeituosíssima abstração julgaram reacionário o movimento de abril”. A justificativa apresentada recai em certo revanchismo dos franceses, e também da ideia de que o Brasil não possuía ressonância internacional, e por isso a “invisibilidade” diante “das torpezas da gang que em boa hora foi expulsa”²⁸¹.

Com a “Operação Limpeza”, as intimidações e o estrangulamento dos sindicatos, a efervescência política já estava contida, mas era necessário realizada as mudanças de caráter conservador que o sistema necessitava. A campanha de desestabilização do governo de João Goulart no *Correio do Povo* em inúmeras oportunidades defendeu reformas, principalmente a reforma agrária, no entanto, se retraía às condições em que estavam sendo impostas pelo nacionalismo de Jango.

Ainda em abril de 1964 o *Correio do Povo* veicula as palavras do Ministro Roberto Campos que afirma que “a reforma agrária é tão urgente como complexa”²⁸² e é possível perceber essa complexidade nos textos apresentados pelo periódico, que claramente traduzem os conflitos.

Embora o Estatuto da Terra representasse uma necessidade advinda das pressões realizadas pelos trabalhadores, pelas Ligas Camponesas e demais grupos de esquerda podem ser entendidos também como uma contradição, pois, “os grupos

²⁸⁰ Correio do Povo. 04/06/1964 “**O Brasil visto por fora**” – Artigo, Gustavo Corção.

²⁸¹ **Idem.**

²⁸² Correio do Povo. 28/04/1964. “**Urgente e Complexa**” – Editorial.

que apoiaram a golpe civil-militar eram contrários à política de distribuição e redistribuição da propriedade de terra”²⁸³.

Podemos perceber essas contradições no *Correio do Povo*, na medida em que o jornal precisa conciliar a defesa do governo militar e os interesses de classe que historicamente representava. De modo que, a reforma agrária proposta por Castelo Branco buscava implementá-la sem violar o direito à propriedade tão defendido pelos proprietários de terras conservadores.

O governo agora lança as bases necessárias a elaboração legislativa, da qual haverá de resultar, sem dúvida, a solução concreta para problemas que se situem no primeiro plano das efetivas necessidades nacionais, que devem receber tratamento objetivo e realístico, ao contrário da demagogia que antes campeava.²⁸⁴

Um das primeiras iniciativas de Castelo Branco, buscando criar um marco legal que viabilizasse a reforma agrária, foi o envio ao Congresso Nacional de uma “modificação no artigo 141 da Constituição de 1946, para permitir que as indenizações das propriedades rurais desapropriadas fossem pagas com títulos da dívida pública”²⁸⁵. É importante destacar que modificar esse artigo, foi o principal ponto que impediu João Goulart em dar início as desapropriações por utilidade pública ou interesse social. Pois, fundamental era modificar o artigo 141 que exigia o pagamento em dinheiro da indenização²⁸⁶. Sobre esse conteúdo, o jornal apenas evidencia a legalidade da ação baseado na ação de outros países.

A desapropriação de propriedade rural, mediante prévia e justa indenização em títulos da Dívida Pública, com a cláusula da exata correção monetária segundo índices fornecidos pelo Conselho Nacional de Economia. Defendidas por muitos, combatida por outros, a forma de indenização proposta encontra, entretanto, apoio no procedimento que tem sido adotado por outros países que fizeram a reforma agrária.²⁸⁷

Em outro ponto, defende mais a classe dos proprietários rurais, o artigo de Gustavo Corção “Reforma Agrária”, se posiciona a fim de questionar a utilidade dela. Embora, sob suas perspectivas cristas, o autor definia a Reforma Agrária como um “conjunto de medidas e providencias destinadas a corrigir as distorções e deficiências

²⁸³ SILVA, Jean Michel Moreira. **O Estatuto da Terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 173f. Universidade de Brasília, 2015. p. 62.

²⁸⁴ Correio do Povo. 07/10/1964. “**Estatuto da Terra**” – Editorial.

²⁸⁵ SILVA, Jean Michel Moreira. **Op. Cit.** p. 63.

²⁸⁶ Ver em ALVES, Maria Helena Moreira.

²⁸⁷ Correio do Povo. 07/10/1964. “**Estatuto da Terra**” – Editorial.

econômicas e culturais do setor primários, para benefício direto dos habitantes dessa área e indireto do restante do corpo político”²⁸⁸.

Encaminha o texto perante à ideia de “hierarquia de valores”, segundo a qual sustenta a moral como viabilizador de reformas de fato, Corção é o primeiro nesse espaço a se destacar no sentido de sobrepor-se aos interesses da revolução e, por conseguinte, tecer críticas à administração militar.

Receio muito que o Governo superestime suas possibilidades com o esquecimento da atividade própria e toda a sociedade. Estamos viciados em acreditar que um Presidente pode fazer muita coisa, e por isso admiramos muito que possa fazer uma Reforma Agrária. Na verdade, a prosperidade e o adiantamento cultural não se consegue por decretos, e pouco pode fazer um Presidente se não mobiliza e prestigia os grupos livres e autônomos da sociedade. Para estragar a obra comum, para fechar o Brasil, para entrar tudo um Presidente tem um terrível poder, como se viu nos governos anteriores. Não digo essas coisas para diminuir a importância do atual Presidente da República, por quem tenho um grande e agradável respeito.²⁸⁹

Para o autor, a mudança tangencia primeiramente as questões de ordem moral e cultural, e salienta que no que diz respeito à posse da terra:

a nossa gente tem pouco apego a terra e um vago desprezo pelo trabalho que ainda tem gosto de escravidão. [...] antes da nervosa reforma constitucional para desapropriação e divisão de terras é preciso despertar na alma brasileira a vontade de possuí-la. [...] não vejo as medidas culturais de primeira importância em princípio de andamento, não posso deixar de achar pueril o esforço oficial de dar terras a quem as não deseja.²⁹⁰

Talvez esse tenha sido o único embate que se difere entre os editoriais e os artigos, onde nitidamente percebe-se os primeiros a defesa das ações do governo de Castelo Branco, e no segundo, com ênfase nos interesses dos produtores rurais.

Em “desapropriação e indenização”, evidencia que naquele momento existem palavras ou expressões que devido ao abuso de seu emprego, perdem o seu valor, criando “uma espécie de pudor verbal”²⁹¹, como é o caso da reforma agrária “tão desatinadamente se entrou a falar e agir a seu respeito que hoje se chega a relutar com o emprego dessas duas palavras”²⁹².

O editorial em vista disso, defende a intervenção como um ato “vital para os destinos da nacionalidade”, mister “para tornar mais eficiente a produção agrária” e

²⁸⁸ Correio do Povo. 15/10/1964. “**Reforma Agrária**” – Artigo, Gustavo Corção.

²⁸⁹ **Idem.**

²⁹⁰ **Idem.**

²⁹¹ Correio do Povo. 22/10/1964. “**Desapropriação e Indenização**” - Editorial.

²⁹² **Idem.**

que nesse sentido, os que se posicionam contra, só podem ser compreendidos como “espíritos reacionários e obscurantistas”²⁹³.

Já no fim do ano de 1964, o *Correio do Povo* no espaço de seus editoriais, de fato parece defender o governo militar a todo custo, evidenciando a necessidade de apoio que a “revolução” necessita. Em “Porque continua a carestia”, defende o plano econômico estabelecido e afirma que o quadro está evoluindo e que os avanços seriam diferentes se os governantes “exercessem milagres”. De modo que, na conjuntura se faz necessário aguardar os frutos, até lá todos “terão se suportar sacrifícios e renúncias, estoicamente”²⁹⁴.

²⁹³ **Idem.**

²⁹⁴ *Correio do Povo*. 19/11/1964. “**Porque continua a carestia**” – Editorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação partiu do objetivo de compreender como o jornal *Correio do Povo* projetou as suas aspirações sob a conflituosa situação que o país viveu no ano de 1964, que recursos utilizou a fim evidenciar seu entendimento sobre os fatos e para transformar seu planejamento em ação política.

Diante da relevância dos jornais e da importância que possuem dentro da sociedade contemporânea, que como fonte tem se revelado a cada imprescindível nas pesquisas históricas. A partir da imprensa foi possível compreender como ela se relaciona com os conflitos inerentes à sociedade e como ela articula a ética do jornalismo com o poder político que sempre está presente nesse ambiente.

No que concerne ao nosso objetivo, não se classificou a ação do jornal *Correio do Povo* como “manipulação”, não se tratou de um movimento maniqueísta. No entanto, compreendeu-se que a postura defendida pelo jornal está organicamente ligada primeiro ao contexto político, econômico e social da época, mas também principalmente pela classe e pelos interesses que representa.

A força do anticomunismo, a envergadura nacionalista, a crise devido à saturação de um modelo econômico e a organização das classes subalternas, foram o estopim para as classes tradicionalmente condutoras dos rumos nacionais. Elas encontraram no jornal *Correio do Povo* o apoio que necessitavam para que junto à conquista do Estado se estabelecesse a construção de importantes valores que corroborassem com a ação de tomada de poder, mas que também pusessem em choque os valores presentes anteriormente na sociedade.

O *Correio do Povo* constituído a partir de moldes capitalistas, marcado pela gestão familiar e pela defesa do marco fundador de imparcialidade e credibilidade era uma marca que representava a força e a importância que possuiu ao longo dos anos.

Desse modo, os artigos e editoriais apresentados nesta pesquisa, devem ser compreendidos como um conjunto que em grande medida compactuava com os

valores veiculados pela ditadura civil-militar, mas que acima de tudo, via nesse modelo uma saída que defenderia os interesses de classe que representava.

Os quatro primeiros meses do ano de 1964, são os mais conturbados, no jornal *Correio do Povo* é realizado de forma bastante contundente uma extensa campanha em nome da desestabilização do governo de João Goulart, onde defendeu uma intervenção militar e apoiou o estabelecimento da ditadura civil-militar brasileira baseada na Doutrina de Segurança Nacional.

Com a radicalização das propostas de Reformas de Base de João Goulart, o jornal *Correio do Povo* passa progressivamente a se opor as ações do Executivo. A crescente participação política e as reformas explosivas propostas, desagradavam as classes produtoras e a burguesia gaúcha. Articulados, o jornal e as classes interessadas efetivaram um projeto de desestabilização, usando como base as teorias do anticomunismo.

Para a construção de certa legitimidade para a ditadura civil-militar, o jornal utilizou artifícios que unificassem a população em prol do mesmo objetivo, que simultaneamente justificasse a derrubada do governo de João Goulart e enaltecasse as Forças Armadas a fim de cumprir seu “destino manifesto”.

Um recurso que evidentemente caracterizou o maior ou menor afinamento com as propostas do governo, pode ser visto a partir de uma drástica mudança de posicionamento perante alguns fatos. Como por exemplo, em 2 de fevereiro, os artigos e editoriais estão afinados com as ideias que aqui foram representadas como o trecho de Coelho de Souza que defende que: “Quem em boa fé, poderá julgar que a concentração de poderes na mão do Executivo melhoraria a nossa situação”. E posteriormente, no mesmo espaço das colaborações, apoia a necessidade gradual para o aumento do poder do Executivo, realizando comentários acerca da gestão militar, o faz em defesa do atual estado das coisas e em prol de um ideal de democracia.

Não é possível afirmar, no entanto, uma total concordância, principalmente no que tange as reformas que o primeiro governante militar buscou implementar. O relacionamento entre a imprensa e o governo militar, nesse sentido, foi marcado por ambiguidades, que variando entre um fervoroso apoio, como momentos de críticas contundentes.

A principal crítica foi direcionada a reforma agrária, proposta pelo governo de Castelo Branco, que fomentou furiosas reações dos setores conservadores da

sociedade gaúcha. Onde foi possível observar nitidamente os diferentes posicionamentos. Nos editoriais, há a compreensão de que a reforma agrária se faz necessária, alinhado mais à “revolução”. Já nos artigos assinados percebe-se uma relação mais próximas às classes produtoras, que viam naquele posicionamento um ato de traição do espírito da “revolução”.

Dessa forma, o jornal *Correio do Povo* representou os interesses das classes produtoras, sem, no entanto, negar o apoio ao governo militar que se instalou.

PERIÓDICOS/FONTES:

Correio do Povo. 01/01/1964. "**Legado e Perspectiva**" – Biblioteca Rio-Grandense.

Correio do Povo. 01/01/1964. "**Agitações Presidenciais**" – Biblioteca Rio-Grandense.

Correio do Povo. 05/01/1964. "**Subversão**" – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/01/1964. "**Outras Cubas**" - Editorial. Biblioteca Rio-Grandense.

Correio do Povo. 29/01/1964. "**Anticomunismo**" - Editorial. Biblioteca Rio-Grandense.

Correio do Povo. 01/02/1964. "**Portos Brasileiros**" – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 02/02/1964. "**Quarto Poder**" – Artigo - Coelho de Souza. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 06/02/1964. "**Mínimo Maximizante**" – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/02/1964. "**Antiinflação e tranquilização**" – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/02/1964. "**Reformas de Base**" – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 18/02/1964. "**Economistas e demagogia**" – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 25/02/1964. “**A quem Deus quer perder, antes o dementa**” – Artigo, Dyonisio Marques. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 03/03/1964. Coluna Microscópio – “**O Golpe**”, Raul Pilla. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 04/03/1964. “**Opinião pública livre e esclarecida**” – Artigo, S. D. de Ramayana. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 15/03/1964. “**Reformismo de praça pública**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/03/1964. “**Invasão de terras**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 08/03/1964. “**Fidelidade à Aliança**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 13/03/1964. “**Intranquilidade e retração**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 13/03/1964. “**Sexta-feira 13**” – Artigo, Breno Caldas. Biblioteca Rio-Grandense.

Correio do Povo. 15/03/1964. “**Reformismo de praça pública**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 17/03/1964. “**No rumo ao neoperonocastrismo**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 17/03/1964. “**Dois comícios**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 27/03/1964. “**Com Deus, pela Liberdade**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo, 01/04/1964. “**Hora da decisão**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 02/04/1964. “**Pátria alanceada**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 02/04/1964. “**Conscientização**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria

Correio do Povo. 04/04/1964. “**Reconstrução Nacional**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/04/1964. “**Não frustrar a revolução**” – Artigo, Mario de Almeida Lima. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/04/1964. “**Um estranho serviço**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/04/1964. “**Eleição, limpeza e segurança**” - Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 08/04/1964. “**É preciso ganhar a paz**” – Artigo, Nestor Pereira. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/04/1964. “**Saneamento e cooperação**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/04/1964. “**A demonstração da evidencia**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/04/1963. “**Saneamento e cooperação**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 10/04/1964. “**Filosofia da crise**” – Artigo, A. Antunes Maciel. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 11/04/1964. “**Vitória da democracia na América**” – Artigo, João Didonet Neto. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 11/04/1964. “**Revolução institucionalizada**” - Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 15/04/1964. “**Revolução e magistratura**”- Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 16/04/1964. “**Novo Governo**”. – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 20/04/1964. “**Independência e amizade**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 20/04/1964. “**Des-totalitarização**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 16/04/1964. “**Virtudes e estruturas**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 28/04/1964. “**Urgente e Complexa**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 05/05/1964. “**Moralidade e eficiência administrativa**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/05/1964. “**Uma revolução autêntica**” – Artigo, João Didonet Neto. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 28/05/1964. “**Mosaico**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 04/06/1964 “**O Brasil visto por fora**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 14/06/1964. “**Primeira etapa da revolução**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 09/07/1964. “**Maioria Absoluta**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 02/10/1964. “**O ruim e o pior**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 10/10/1964. “**Depois do artigo 7º**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 07/10/1964. “**Estatuto da Terra**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 15/10/1964. “**Reforma Agrária**” – Artigo, Gustavo Corção. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 22/10/1964. “**Desapropriação e Indenização**” - Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Correio do Povo. 19/11/1964. “**Porque continua a carestia**” – Editorial. Arquivo Histórico de Santa Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1984.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Passo Fundo: UPF, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8. Ed. Revisada e ampliada – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BAUER, Caroline Silveira. As ditaduras de segurança nacional do cone sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZELLI, Cesar; THOMPSON FLORES, Mariana; AVILA, Arthur. **Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 170-182

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 283 f. Dissertações em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BARROS, Edgard Luiz. **Os governos Militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

BRAGA, Sergio Soares. **As relações entre Executivo e Legislativo e a elaboração da política econômica na primeira da democracia pluripartidária brasileira (1946-1964)**. Tese de Doutorado – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **Trabalho & Educação** – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007.

BRASIL. Presidência da República. **João Goulart. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964.** Brasília, 1964.

BACZKO, Bronislau. **Los imaginários sociais.** 2ª ed. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1999.

BUSETO. Áureo. **A democracia cristã no Brasil:** princípios e práticas. São Paulo: UNESP, 2002.

CAPELATTO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional:** o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DEMIER. Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol 4, n.8, julho-dezembro de 2012.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DO%20POVO.pdf>

Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro.

DOCKHORN, Gilban Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento – 1964-1974.** EDIPUCRS, 2002, p.16.

DREIFUSS, René. **1964:** A conquista do Estado. Ação Política. Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: A conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964 – 1973)**. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FONSECA, Pedro C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**. Rio de Janeiro, UFF, 2009.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 2. Os intelectuais. O educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Notas sobre Estado e Política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GIANOTTI, Vito. O poder da mídia e a luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. **Revista História e Luta de Classes**. Ano 1. Ed. Nº 2. Fevereiro de 2006.

JOBIM, Danton. Apud, KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – Breves considerações. **Historiae**, Rio Grande. 1(3): 131-147, 2010.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – Breves considerações. **Historiae**, Rio Grande. 1(3): 131-147, 2010.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Revista Scielo**. ISSN 1852-9615 vol.14 no.1 Mendoza, jun. 2013. Disponível

em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1852-96152013000100007&script=sci_arttext

LAMEIRA, Rafael Fantinel. **O golpe civil militar de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora**. 248 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. Breno Caldas. **Meio Século de Correio do Povo**. Glória e agonia de um grande jornal. L&PM. 2ªed. São Paulo, 1987.

MAIENTI, Geraldo Márcio Peres. O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade. **Alceu** - v. 14 - n.28 - p. 47 a 61 - jan./jun. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**. Ano, XIII, nº27, p. 39-53.

MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

MORAES, Thiago Aguiar de. **Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)**. 229 f. Dissertações (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: O plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**. 298 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa – de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 33-50.

PACHECO, Diego. Às portas de 1964: a Campanha da Legalidade e os Grupos dos Onze em Santa Catarina. In.: BATISTELLA, Alessandro (Org.) **O golpe civil-militar de 1964 no Sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014. p – 135 -187.

PAULA, Christiane Jalles de. **Gustavo Corção: apóstolo da 'linha-dura'**. p. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100008

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. p. 218. Disponível em: www.portaldocriador.org

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In.: **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P -71-96. p.77.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico] – Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php_p.21

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

RODEGHERO. Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964) – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SANTANA. Marco Aurélio. Visões de dominação. LPH – **Revista de História**, UFOP, n. 7, p. 219-230, 2007.

SANTOS. Igor Gomes. A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. **5º Colóquio Internacional Marx e Engels**. Novembro, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/qt2/sessao2/Igor_Santos.pdf

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966. **Revista de Administração de Empresas**, v.13, n.2, abr./jun. 1977.

SILVA, Carla. Veja: Mais um partido neoliberal. **Revista História e luta de classes**. Ano I. Ed, Nº2. Fevereiro de 2006.

SILVA, Carla. **Veja**: O indispensável partido Neoliberal. 658 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.

SILVA, Jean Michel Moreira. **O Estatuto da Terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 173f. Universidade de Brasília, 2015.

SIMÕES, Ananda. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra do Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 245 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

STEPHAN, Claudia. **A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as Implicações para a Democracia no Brasil**. I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.

SVARTMAN. Eduardo Munhoz. Ideologia do autoritarismo militar no Brasil: a gênese no caso de exército. In. **História e ideologia: perspectivas e debates**.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo** – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

RODEGHERO. Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil Org. Claudia Wasserman et al. In.: **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27- 44.

WASSERMAN, Cláudia. O golpe de 1964: O Rio Grande do Sul “celeiro” do Brasil. In. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010 – v.1; p. 51-70.